

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

JOÃO VIEIRA BORGES

1. Introdução

A Estratégia é estudada e aplicada diariamente em Portugal, nos E.U.A., na China, na Rússia, na União Europeia, nas grandes empresas de Tóquio a Berlim, enfim, em diferentes unidades políticas e “organizações” que têm em comum a necessidade de possuírem bons líderes para atingirem os seus objectivos, sejam eles de âmbito político, militar ou empresarial. Talvez esta seja uma explicação para o facto dos estudiosos¹ e os “homens de acção” encontrarem a Estratégia em obras e pensadores de referência, oriundos de vários espaços e tempos, com formas de pensar tão diferentes como Sun Tzu e Clausewitz.

Para o General Abel Cabral Couto (*O Homo strategicus*, p. XVII) os grandes pensadores da Estratégia são, entre outros, Lidell Hart, André Beaufre, A. Rapoport, L. Poirier, H. Eccles, J. P. Charnay, T. Schelling, E. Luttwak e Raymond Aron. Para o General José Alberto Loureiro dos Santos (*Reflexões sobre Estratégia*, 2000, pp. 75-77), os grandes protagonistas da Estratégia podem ser agrupados em quatro grandes conjuntos: os inovadores, os visionários, os realizadores e os doutrinadores. Entre os inovadores e visionários, este autor destaca figuras como Confúcio, Buda, Jesus Cristo, Lao Tsé, Maomé ou Karl Marx. Entre os realizadores destaca, entre outros, Epaminondas, Alexandre, Aníbal, Júlio César, Cortez, Napoleão, Rommel e Churchill; e, entre os doutrinadores, destaca nomes como Clausewitz, Lidell Hart, Raymond Aron e Beaufre. O General Loureiro dos Santos destaca ainda que “...nem sempre existem grandes fronteiras entre as características dos grandes protagonistas da Estratégia. Há muitos que

¹ O estrategista é classicamente definido como o actor e decisor estratégico, enquanto o estrategista será o homem de Estado-Maior que apoia o estrategista ou o estudioso das temáticas ligadas à Estratégia. O estrategista não tem, deste modo, uma intervenção de primeira linha nos acontecimentos, mas a sua análise, os seus estudos e os seus conselhos em muito contribuem para a definição das estratégias por parte dos estrategistas.

são simultaneamente inovadores e realizadores, ou realizadores e doutrinadores, ou visionários e realizadores, bem como doutrinadores...”.

Grande parte dos protagonistas da Estratégia atrás referidos são pouco conhecidos do público em geral e as suas obras são, inclusivamente, pouco lidas pelo público especializado, apesar de citadas frequentemente.

A Estratégia, entendida hoje como a “Ciência do Conflito” ou relacionada (e confundida) frequentemente com o “Planeamento de Médio e Longo Prazo”, tem nos nossos dias campos de aplicação muito vastos, desde a Economia à *guerra de informação*, compreendendo diversos aspectos multidisciplinares que claramente dificultam o seu estudo e análise particular.

Deste modo, no sentido de facilitar a compreensão da evolução do pensamento estratégico, optámos pelo critério cronológico e pelo método de análise das grandes obras e dos grandes pensadores (os doutrinadores e alguns realizadores) da Estratégia.

Por outro lado, e por razões essencialmente pedagógicas, optámos por dividir a evolução do pensamento estratégico em três grandes fases², marcadas por homens e obras de referência e pelo “Pensar a Estratégia”, respectivamente:

- “**Estratégia das Origens**”, associada à «arte do General» e ao «conjunto de manobras e batalhas», normalmente confundida com a tática e sem conceptualização sustentada. Dista da Antiguidade Clássica a Clausewitz (“o músico sem instrumento”, nas palavras do General A. Cabral Couto);
- “**Estratégia ao serviço da Guerra**”, com a redução da utilização da Estratégia a factos e fenómenos do domínio militar. Neste período, que vai *Da Guerra de Clausewitz à Introdução à Estratégia* do General A. Beaufre, a Estratégia constitui simplesmente um ramo da Arte e da Ciência militar e é entendida com uma dimensão quase exclusivamente militar (“o solista da estratégia militar”, segundo o General A. Cabral Couto);
- “**Estratégia Integral**”, na sequência da obra do General A. Beaufre, detentora de uma teorização coerente e consistente (capaz de unificar uma concepção da Estratégia), assente na crescente importância das restantes formas de coacção (em especial, a económica, a psicológica e a política).

² Para muitos autores (casos de Fuller e Toynbee), a evolução da Estratégia é explicada através da evolução das técnicas, da organização e dos sistemas de armas: a falange, a legião, a catafresta, o besteiro, o turcomano, a pólvora, a espingarda de repetição, a metralhadora, o caminho-de-ferro, o carro de combate, o avião, a arma nuclear. São importantes inovações, pois marcaram grandes mudanças, mas são meios da Estratégia...

A par da estratégia militar, surgem, com carácter próprio, outras estratégias gerais associadas às diferentes formas de coação. Apela assim, de forma integrada e sistémica, a todo o tipo de recursos do actor estratégico, tangíveis e intangíveis, e a novos e poderosos instrumentos de análise, como a *teoria dos jogos*, a investigação operacional, as teorias da decisão (“a orquestra nacional, que evolui para sinfónica com a conjugação harmoniosa das diferentes partituras tocadas por diversos naipes da orquestra”, nas palavras do General Abel Cabral Couto).

Escrever sobre o pensamento estratégico implica, necessariamente, associar a “perspectiva Ciência” à “perspectiva História”. E aqui, porque a Estratégia se situou durante séculos exclusivamente no domínio da “coisa militar” e, inevitavelmente, no domínio da guerra (quer em associação aos comandantes militares, quer em associação à coordenação do conjunto de combates), a relação da Estratégia com a Guerra torna-se inevitável. Daí a nossa opção por uma evolução do pensamento estratégico trabalhada em termos cronológicos (olhar, mas sem esquecer os espaços regionais ou as civilizações), mas em associação directa com a própria evolução do fenómeno da guerra, pelo menos até ao século XX.

Depois de um capítulo que revisita a evolução histórica do pensamento estratégico mundial, deixaremos ainda algum espaço para a evolução do pensamento estratégico nacional, tendo por referência as citações lusas feitas por Hervé Coutau-Bégarie no seu *Tratado de Estratégia* (de onde foram seleccionadas as nove reflexões que se publicam de seguida e que se circunscrevem ao período decorrido entre os séculos XVI e XIX) e os escritos de António Horta Fernandes, em especial no seu *O Homo strategicus*.

As escolhas são necessariamente arbitrárias (implicando exclusões que outros saberão colmatar), apesar dos critérios impostos e da credibilidade das referências. No entanto, constituem um primeiro passo, entre muitos outros, no sentido de melhor conhecermos a nossa “História do Pensamento Estratégico”.

2. Evolução do Pensamento Estratégico Mundial

Considerando as três partes em que dividimos a “História do Pensamento Estratégico”, começamos pela “Estratégia das Origens”, associada à «arte do General» e ao «conjunto de manobras e batalhas», numa altura em que o aparelho militar não tinha uma dimensão técnica que implicasse estudos apurados ao nível de Estado-Maior e em que a ligação íntima entre a Política e os grandes

comandantes militares³ retirava espaço funcional ao aparecimento de uma Ciência e de uma Arte que pressuporia, enquanto instrumento, atingir os objectivos da própria Política.

Mas a «arte do General» estava presente...

2. 1. “A Estratégia das Origens”

Da Antiguidade Clássica, a Grécia constitui uma referência obrigatória como ponto de partida da História Militar (e da cultura universal) e Tucídides (460-399 a. C.)⁴ um dos seus maiores representantes com a feitura da sua *História da Guerra do Peloponeso*, ainda que incompleta.

➤ O vocábulo «Estratégia» nasce, portanto, na Grécia e deriva etimologicamente da palavra grega *stratêgos*, com o significado de «comandante de um exército, responsável pela cidade ou o comandante da frota» (só aplicável depois das reformas de Dracon por volta de 620. a. C.⁵, pois antes era designado de *Polemarco*). O vocábulo *stratêgos* consistia na composição de dois outros: *stratos*, o equivalente a «exército»; e *agein*, que equivaleria a «conduzir».

Na prática, significava “a arte do General”, traduzida na maneira de articular e dispor as tropas e de combinar as manobras e as batalhas para se atingirem os objectivos de uma campanha militar.

A Estratégia significava, então, «a arte de conduzir o exército, a direcção de uma expedição armada ou, mais globalmente, a arte do comando militar ou do conjunto de uma campanha», enquanto o *stratego* representava o General, ou o Comandante-Chefe. A Estratégia estava directamente relacionada com a mais alta direcção militar e com a guerra, enquanto violência colectiva armada, confundindo-se frequentemente com a tática em autores de referência como Xenofonte

³ Daí que o Brigadeiro Alfredo Pereira da Conceição tenha considerado que “A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar” (separata da *Revista Militar*, 1952). Na sua perspectiva, “se estudarmos a história política da Grécia [...] a designação de estratégia aparece-nos, pela primeira vez, nas reformas de Dracon, promulgadas nos anos de 621 e 620 a. C., indicando um posto de direcção na guerra com funções mais próprias de direcção do que de comando.” (p. 112).

⁴ Com Políbio, Tucídides foi o grande historiador da Antiguidade Clássica. Relatou a guerra do Peloponeso, da qual que foi contemporâneo e onde lutaram, entre 431 e 404 a. C., as cidades de Atenas e Esparta. Transcreveu um discurso de Péricles sobre a matriz marítima em que assegurava que Atenas seria invencível. Segundo Chaliand, os episódios estratégicos abundam na obra de Tucídides, do mesmo modo que as suas considerações de foro político se assumem com grande perenidade.

⁵ Em 638 a. C. teve lugar a abolição da monarquia em Atenas. O poder ficou na posse dos Arantes e Estrategos.

(c. 426-354 a. C.)⁶ e Políbio (c. 202-120 a.C.)⁷ ou mesmo em estrategos como Júlio César (101-44 a.C.)⁸.

O mais antigo e provavelmente o mais importante destes mestres de armas (táticos e estrategos) foi Ênée (o tático⁹), que viveu no século IV a. C. e que compôs uma enciclopédia militar (*A Tática e o Cerco das Cidades*) em vários volumes. Tal como na China pela mesma época, “a guerra, tal como a pinta Ênée, é menos uma prova de força do que de astúcia: não se procura em geral a matança nem os defensores duma guerra de usura, mas encontra-se o triunfo dos mais frescos; se se intimidar o inimigo com manobras judiciosamente organizadas melhor será; em todo o caso, mantém-se a confiança em cada combatente, para explorar no momento certo, os frutos da espontaneidade”¹⁰.

⁶ Xenofonte (c. 426 a. C.-354 a. C.) nasceu em Atenas e morreu em Corinto. Ensaísta, historiador e militar, foi aluno de Sócrates. Serviu na cavalaria e deixou Atenas logo após a vitória de Esparta (batalha de Queroneia, 404 a. C.) no termo da guerra do Peloponeso. Em 401 a. C., encontrou-se na Pérsia com os mercenários gregos apoiantes de Ciro, que disputava o trono do seu irmão. Mas Ciro foi morto e os Gregos retiraram depois de terem perdido todos os seus chefes. Xenofonte foi eleito chefe da expedição e dirigiu, durante oito anos uma retirada de 2500 quilómetros, sempre em combate. *Anábise ou a retirada dos Dez Mil* (traduzida entre nós pelo ensaísta Aquilino Ribeiro) é a obra que retrata este episódio exemplar. Por outro lado, Xenofonte, depois de ter estado ao serviço de Esparta, elaborou uma parte da sua obra perto de Olímpia, antes de voltar a Atenas. Com cerca de 60 anos, escreveu ainda *L'Hipparque ou o Comando da Cavalaria*, tratado memorável de cavalaria e *La Cyropédie (Estratégia do Discurso)*, recital histórico que evoca a educação de Ciro, o Grande, o rei persa (Arménia) do século VI a. C. Segundo Aquilino Ribeiro, “quatrocentos anos antes da era cristã, a Grécia não tinha ainda acabado de convalescer das feridas que lhe deixara a guerra chamada do Peloponeso, em que, durante vinte e sete anos, renhiram de morte as principais comunidades helénicas: Atenas e Esparta. A guerra acabou com a hegemonia de Atenas, graças aos auxílios de toda a ordem que prestou aos lacedemónios [por] Ciro, filho do rei da Pérsia, sátrapa da Líbia.” A retirada desses dez mil combatentes exaltou a Grécia e Esparta rompeu em guerra contra a Pérsia.

⁷ Políbio foi um grego que esteve ao serviço de Roma e que participou na expedição de Cipião a Espanha. Foi o grande historiador do imperialismo romano e relatou a análise histórica do triunfo de Roma sobre Cartago e a expansão de Roma no Oriente helénico (caso da batalha de Canas, onde Aníbal derrotou os Romanos, na Segunda Guerra Púnica, em 216 a. C., considerada como um estudo de caso sobre o envolvimento pelas alas).

⁸ Júlio César foi tribuno militar em 71 a. C. Jogava um papel ambíguo na conjuração de Catilina. Foi cônsul em 59 a. C. e entre 57 e 50 a. C. fez campanhas na Bélgica, na Gália (59-51 a. C.), em Inglaterra (50 a. C.). Depois da morte de Crasso, a guerra civil eclodiu entre os tenentes de César e Pompeu (49 a 45 a. C.). Antes de combater Pompeu, que dispunha da matriz do mar, César atacou as legiões pompeanas de Espanha. Político de cabeça estratégica, César ficou célebre em parte graças aos seus *Comentários*. Mas a guerra civil, de que ele foi autor e inspirador directo, é igualmente uma obra de valor do ponto de vista militar. Foi assassinado em 44 a. C.

⁹ Nada se conhece sobre a sua vida. A redacção do tratado intitulado *A Tática e o Cerco das Cidades* data de 360-356 a. C. Segundo Chaliand, esta obra é de um interesse estratégico considerável e não somente no plano exclusivamente histórico.

¹⁰ Dain, Alphonse, *Ênée le Tacticien*, Paris, 1967, p. XXXI. Citado por Coutau-Bégarie em *Traité de Stratégie*, p. 162

Na Grécia, a «arte do chefe ou do general» era determinante, mas raramente os grandes capitães eram simultaneamente grandes teóricos militares (o inverso era geralmente verdadeiro). Em teatros de operações cuja tecnologia não diferia muito entre oponentes, em sociedades em que os militares eram detentores da coacção militar e tinham papel de destaque, o carisma dos generais construído em combate decidia a sorte das batalhas, mas também conquistas de poder a todos os níveis.

A falange grega só seria destronada pela legião romana¹¹, a partir da batalha de Cinoscéfalo (no ano de 197 a. C.), no entanto, quer com Gregos, quer com Romanos, não existia um verdadeiro corpo conceptual em torno da Estratégia (e não se sentia a necessidade da divisão social do trabalho¹²).

Para os Romanos, a Estratégia era directamente associada à mais alta direcção militar e à guerra enquanto violência colectiva armada, confundindo-se frequentemente com a Tática, nomeadamente em autores como Políbio. Os Romanos tinham um pensamento militar original e estruturado (mas sem literatura especializada abundante), consubstanciado na superioridade táctica e estratégica das legiões, pelo que dominaram “com a prática, e na prática” grande parte da Antiguidade Clássica.

Só no século IV d. C. encontramos uma nova obra de referência com Vegécio – o *De Re militari* –, uma compilação de todos os escritos antecessores e que se propunha remediar uma decadência militar evidente. Vegécio fundaria ainda a tradição ocidental dos «princípios da guerra»¹³, orientadores do planeamento e da acção para muito comandantes, independentemente dos tempos e dos espaços.

Depois de Vegécio e de Políbio, surgiu Júlio César (101-44 a. C.), segundo Coutau-Bégarie, um dos raros mestres da arte da guerra a ser, simultaneamente, um estratega e um estrategista. Com a glória alcançada nas guerras das Gálias, veio a glória da escrita com o mesmo nome (*Comentários sobre a Guerra das Gálias*) e sobre a guerra civil, obras que nos relatam com rigor o contexto militar, político, social e mesmo etnológico dos gauleses. Esta obra é sobretudo interessante pela sua compreensão da grande Estratégia, ou seja, da articulação entre o patamar político e o militar. César passou a ser, no Ocidente, o modelo do General...

Para Coutau-Bégarie, o mais importante autor do Império Romano foi Frontino¹⁴, governador da Bretanha e autor de um comentário militar de Homero

¹¹ Apesar do Império Romano ter sido fundado em 753 a. C., só teria expressão depois da conquista da Sicília aos Cartagineses a partir de 264 a. C..

¹² Apesar de Aristóteles se referir à divisão entre o «homem público» e o «homem privado».

¹³ Bruno Colson – *L'Art de la guerre de Machiavel à Clausewitz*, Namur, Presses Universitaires de Namur, p. 24, citado por Coutau-Bégarie – *Traité de Stratégie*, p. 166.

¹⁴ Sexto Júlio Frontino (40 a 106 d. C.) foi pretor urbano em 70 d. C., foi cônsul e governador da Bretanha de 75 a 78 d. C., período durante o qual comandou uma campanha vitoriosa contra os Silures. É autor de *Stratagemata*, uma compilação de factos militares, de noções sobre estratégia, táctica e arte dos cercos, escrita provavelmente no ano de 88 d. C..

e de um tratado militar, ambos os documentos entretanto perdidos, mas que Vegécio viria a referenciar posteriormente no século IV d. C.. Sobreviveu entretanto o *Strategemata*, escrito entre 84 e 88 d. C., e que constituía um apêndice ao tratado, entretanto perdido: compreendia 583 estratégias rigorosamente organizados em sete livros, com um claro objectivo pedagógico e prático, referenciando uma clara distinção entre os estratégias e a Estratégia.

Com a queda do Império Romano¹⁵, o conceito de Estratégia foi praticamente esquecido no mundo ocidental e só seria recuperado já no século XVIII¹⁶.

A China sempre dedicou grande atenção aos seus escritos (vulgarizados também pelo teatro popular), em especial, os relativos aos assuntos militares. Já desde T'ai Kung, no século XI a. C.¹⁷, com *Os Seis Ensinamentos Secretos*, que os chineses se dedicavam aos saberes necessários ao general e que correlacionavam inclusivamente esses saberes com os dos imperadores. Esta obra esotérica e de carácter subversivo (de tal modo que a sua posse indevida foi durante muitos anos punida com a pena de morte), constitui o texto mais antigo das sete obras clássicas decretadas no século XI pelo imperador Shen Zong para o programa dos exames:

- *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu;
- *A Arte da Guerra*, do General Wu Zi, do século IV a. C. e cuja existência está comprovada historicamente (o livro compõe-se de 6 capítulos muito breves, nos quais se tenta conciliar a moral confuciana e os assuntos militares);
- *O Livro do Mestre da Cavalaria* (texto breve e enigmático do séc. IV a. C. que trata sobre a administração do exército);
- *Questões e Respostas entre Tang Taizong e Li Weigong*, da época Tang (século VII da nossa era), mais tardio que os restantes clássicos em que se apoia;
- *Wei Liao Zi*, obra de um legalista do fim do século IV a.C., de sólida experiência militar, e que prolonga Sun Tzu e Sun Bin com preocupações bem concretas;

¹⁵ O Império Romano do Ocidente cairia com o imperador Augústulo no ano de 476 d. C., ano que marca a transição para a Idade Média e com a ocupação da Europa pelos invasores germânicos. O Império Romano do Oriente (com sede em Bizâncio desde 330 d. C. por iniciativa do imperador Constantino) só cairia em 1453 (Constantinopla seria finalmente conquistada pelo sultão turco otomano Mohamed II).

¹⁶ Apesar de em 1688 ter sido utilizado na *Geography Rectified*, de Morden, com o sentido (latino) de «governo de uma província».

¹⁷ Entre os séculos XVI e XI a. C., os Chang, a primeira dinastia histórica da China, presidiram a uma confederação de clãs no vale do Rio Amarelo.

-
- *Três Estratégias de Huang Shengong*, da mesma época, obra que insiste sobre o controlo do governo;
 - *Os Seis Ensinamentos Secretos*, de T'ai Kung.

Apesar de não encontrarmos na China Clássica um equivalente exacto da palavra Estratégia, em contrapartida, o conteúdo por ela encerrada, isto é, a arte do general (*Shu*), a preparação dos planos, a análise da situação e o método, tudo está implícito e, por vezes, explícito nas obras dos diferentes autores e, em especial, na *Arte da Guerra*, de Sun Tzu. Apesar de desconhecida no Ocidente, a obra teve uma grande influência na China, com catorze edições no tempo da dinastia Ming e foi traduzida em coreano e japonês¹⁸. Só no século XVIII (1722) um jesuíta francês, o padre Amyot, traduziu e difundiu a obra pela Europa. Para os ocidentais, que esquecem normalmente o contexto cultural da *Arte da Guerra* de Sun Tzu, a obra é constituída por simples máximas, fascinantes em todos os tempos. A arte militar dos chineses não encontrou inicialmente grande sucesso, a que se sucedeu uma indiferença no século XIX. Só no século XX a obra voltou a interessar os europeus (com a tradução inglesa de 1908), com sucessivas traduções e com um interesse objectivo a partir da década de 1970, em paralelo com Clausewitz. O exotismo, a antiguidade e a exiguidade da obra são razões para a sua difusão mais alargada, que tornam Sun Tzu (a par de Clausewitz) como um dos autores mais conhecidos e mais lidos no mundo.

Sun Tzu (ou Sun Zi) viveu provavelmente no século V antes da nossa era e a sua biografia, mais ou menos lendária, continua a suscitar inúmeras controvérsias entre os historiadores. No entanto, certo é que a *Arte da Guerra* tem servido de guia a todos os generais chineses, com máximas de “estratégia indirecta” como as que de seguida citamos¹⁹:

- A melhor estratégia (*Shu*) é atacar a estratégia do inimigo;
- A segunda melhor estratégia é destruir as alianças do inimigo;
- A terceira melhor estratégia é atacar as tropas do inimigo;
- A pior estratégia é atacar cidades fortificadas do inimigo.

Para Sun Tzu, a guerra era encarada como o último dos recursos da governação e o melhor meio de a fazer era tomar um Estado intacto, em vez de o arruinar. Era importante conquistar o inimigo no menor espaço possível, com o mínimo de perdas humanas e de esforços, mesmo com o mínimo de baixas causadas do lado adversário.

¹⁸ Valérie Niquet – *Les Fondements de la stratégie chinoise*, pp. 39-40.

¹⁹ Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, Editorial Futura, Lisboa, 1974.

As trinta páginas de astúcia e de estratégia indirecta de Sun Tzu dispõem de princípios gerais de tal modo acertados e intemporais, que ainda hoje são utilizados por militares e gestores.

A produção literária indiana, no que se refere ao pensamento estratégico, é pouco conhecida do Ocidente. A obra mais conhecida é *Arthashastra*, atribuída a Kautiliya (IV a. C.)²⁰, e constitui um tratado político que contém várias partes relativas à arte da guerra, onde se destacam as tácticas e os estratagemas.

Kautiliya não esquece a articulação entre os meios e os fins, numa abordagem da guerra sob vários aspectos e que inclui todas as formas de coacção. Segundo Gerard Chaliand (p. 407), esta obra representa um dos mais importantes monumentos ao pensamento político e estratégico do Mundo Antigo e anterior, no pensamento e nos contributos para a conceptualização da Estratégia, às obras de leitura “obrigatória” de Maquiavel e Hobbes.

Bizâncio (o Império Romano do Oriente)²¹, que pode inscrever-se já na medievalidade, apesar de continuador de Roma, não trouxe grandes alterações ao nível da conceptualização da arte da guerra. Mesmo depois de Roma ter sucumbido e de ter sido saqueada em 410 e 455 d. C., o Império Bizantino conseguiria sobreviver por mais um milénio até 1453 (altura em que Constantinopla foi conquistada pelo sultão turco otomano Mohammed II). Os Bizantinos optaram então pela estratégia de aproximação indirecta em que a diplomacia jogava um papel importante.

Maurício (569-602 d. C.), que foi imperador de Bizâncio e sucedeu a Tibério em 582 d. C., escreveu o tratado *Strategikon* (que faz largas citações de Onosander²²), um verdadeiro manual de Estratégia Militar Bizantina que incluía: «Antes do dia da Batalha», «Medidas a tomar no dia da Batalha», «Instruções Gerais e Máximas», «Características e Tácticas dos diversos povos». Editado no ano 600 d. C. constitui, a par da *Arte da Guerra*, de Sun Tzu, a obra mais notável da Antiguidade e da Alta Idade Média.

²⁰ Foi ministro do rei Chandragupta Maurya (IV século a. C.). A obra está dividida em 15 livros, sendo que 10 são dedicados à diplomacia e à guerra. Trata-se, em todo o caso, de um tratado destinado ao Príncipe, sobre a arte de governar, com alguma frieza, sem considerações moralistas e próximo das obras posteriores de Maquiavel e Hobbes. É de destacar que na Índia havia uma separação clara entre a política e a religião (a *artha* e a *dharma*).

²¹ Oficialmente tornou-se num Estado oriental, de língua grega, a partir do reinado de Heráclio (610-641 d. C.).

²² De origem grega, Onosander é o autor de *Strategikos*, obra onde destaca o papel e a escolha dos generais (o General não deve ser escolhido em função dos seus privilégios hereditários, mas de acordo com as suas qualidades pessoais). Onosander (século I d. C.) parece ter uma dívida de respeito a Xenofonte.

Também o imperador Leão VI (885-911)²³, o autor de *O Filósofo*, foi influenciado por Onosander, como é perceptível num texto bastante conhecido intitulado *Sylloge Tacticorum* (e as *Constituições Táticas*), em que a Estratégia é abordada como Tática e como “ciência dos movimentos que se executam na guerra, seja sobre terra ou sobre mar”.

Olhemos agora para o nascimento e expansão do Islão (que significa “submissão à vontade de Deus”²⁴), que teve lugar num espaço de tempo relativamente curto e que marcaria uma nova civilização. No século VIII, o Islão expandiu-se rapidamente com os guerreiros árabes a derrotarem os exércitos cristãos latinos e bizantinos, persas, indianos e chineses e a espalharem a sua fé desde os Himalaias ao Atlântico.

Na *Antologia* de Chaliand, de entre os pensadores árabes desta época, o destaque vai para Al-Bokhari e a obra *Sahih*, que depois do *Corão* constitui uma espécie de lei da ética muçulmana, onde a *jihâd* está presente. Outros autores sem grande sentido estratégico são também destacados, como Al-Tabari (838-923, autor da *Batalha de Qadisyah*) e Ibn Al-Athir (1160-1233). Para Coutau-Bégarie, o destaque vai, por sua vez, para uma obra provavelmente desaparecida na tomada de Bagdad pelos Mongóis e intitulada *Resumo da Política das Guerras*, de al-Harthami, autor do século X. Outra obra importante, mas já do século XIV, é o *Discurso sobre a História Universal (Muqaddimah)*, de Ibn Khaldoun (1332-1406), que descreve as guerras e os métodos de combate praticados pelos diferentes países. Disserta ao longo destes escritos sobre a importância do factor psicológico, da coesão e do terror para a conquista da vitória, apesar de se tratarem de anotações pontuais numa obra vastíssima, mais de cariz histórico do que estratégico. Uma outra obra intitulada *O Livro dos Estratagemas*, de autor desconhecido, mas provavelmente redigida no final do século XIII ou no início do século XIV, é também destacada como um importante estudo de estratégia política dos Árabes. Inclui *Annales* históricos de colecções de artigos diversos e de comentários do *Corão*.

²³ Reinou entre 886 e 911 d. C. e pertenceu à dinastia macedónica (867-1081), de facto arménia, durante a qual Bizâncio atingiu o seu apogeu. É autor de várias obras legislativas e a sua *Táctica* (de 900, incluía capítulos como «Da Tática e do General», «Da marcha do Exército», «Do dia do Combate», «Dos Cercos, Métodos dos Romanos e de diversas Nações», «Os Combates sobre o Mar», «Recolha de Máximas», etc.) resume um saber militar que vai de Onosander ao imperador Maurício. Analisou, tal como Maurício, a cultura estratégica dos povos da periferia do Império e as causas do sucesso do Islão, propondo inclusivamente soluções para lhe por termo.

²⁴ Foi transmitido à Humanidade através do *Corão*, conjunto de regras de comportamento e de fé reveladas por Deus a Maomé, o Profeta, nascido em Meca no ano de 570.

Para os Persas, a figura de Nizam al-Mulk (1018-1092)²⁵ constitui uma referência na área da Estratégia. Grão-Vizir dos imperadores seldjúcidas, Nizam al-Mulk foi o orientador das regras essenciais de organização e dos conceitos de governo do Império Persa, que perduraria durante cerca de mil anos nas vastas regiões do mundo muçulmano. O livro *Tratado sobre a Arte de Governar* (1086) constituiu o manual de base de todos os administradores do Irão e do Império Otomano. Aconselha os “Príncipes” e os “Embaixadores” na arte de obter informações com uma linguagem muito próxima de Maquiavel, sobretudo na relação entre o poder político e o poder militar.

Voltando ao Ocidente e depois da queda do Império Romano do Ocidente (aos pés dos germânicos), de Carlos Magno e mesmo dos árabes, vieram as “trevas” políticas, sociais e económicas, mas também militares, que se estenderiam até ao século XV.

Ressurge então a ideia de «Estado», o soberano transforma-se em senhor absoluto, os exércitos passam a ser uma pertença do poder central e dá-se o aperfeiçoamento das instituições militares, a par do desenvolvimento e aplicação das armas de fogo.

Os séculos XV e XVI (em que as entidades eram, sobretudo, religiosas) foram os protagonistas da globalização, com a Europa a ser rebocada então por Portugal e pela Espanha e a alastrar a sua civilização por todo o mundo, sobretudo a partir da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, em 1498. Da América à Índia, passando por África, surgiam novas terras, novas gentes, novas oportunidades de comércio, novas riquezas e uma geopolítica diferente, que marcaria também o pensamento estratégico dos europeus. É o período da mundialização dos teatros de guerra, mas também da hegemonia europeia.

Entretanto, a experiência das guerras de Itália fez da Espanha a potência militar dominante, com um novo modelo de Exército que tomou forma nos anos de 1534-1536, com o «terço» (unidade com cerca de 3.000 homens, criada pelo capitão Gonzalve de Condoie, que associava o arcabuz ao pique em partes iguais) e que marcou, na prática, o final da dominação da cavalaria²⁶.

²⁵ Foi o fundador da Universidade de Bagdad. Al-Mulk foi defensor do Sunismo, mas seria assassinado em 1092.

²⁶ Aparece a espingarda de pederneira, que adaptou a baioneta e que substituiu o mosquete e o pique. A infantaria (com atiradores capazes de actuar pelo fogo e pelo choque) passou a dispor de armamento normalizado, com alcances que foram evoluindo e que trouxeram substanciais alterações organizativas (as divisões) e táticas.

É neste período que surge Nicolau Maquiavel (1469-1527)²⁷, em cujas obras, e sobretudo em *O Príncipe* (1532), aparecem, segundo Horta Fernandes, os mecanismos que constituiriam os pré-requisitos para impor a “conceptualização estratégica, suportada numa racionalidade social estratégica”.

A obra mais conhecida da época foi a sua *Arte da Guerra* (1521), completada com um estudo histórico, o «Discorsi sopra la prima decada di Tito Livio» (de espírito estratégico, mas indevidamente estruturado). Este *Discurso sobre A Arte da Guerra* tornou-se num clássico da literatura militar, traduzido em várias línguas e com mais de 21 edições no século XVI. Mesmo no século XVII, continuou a ser citado com frequência e, por vezes, comparado a César e a Políbio. Tal com em *O Príncipe*, os escritos militares de Maquiavel “eram essencialmente de natureza negativa: constituíam críticas das instituições militares da época”²⁸. Maquiavel acreditava na supremacia da Razão, pois deve ser capaz de descortinar as leis que governam a evolução dos acontecimentos militares. O pensamento militar torna-se, então, num domínio autónomo, dotado de uma lógica e um método que lhe são próprios.

Maquiavel, sem ter utilizado explicitamente a palavra «Estratégia», deixou a Clausewitz o estudo dos princípios da guerra, a importância da batalha e as relações entre o político e o militar, contributos significativos para “a emergência dum pensamento estratégico constituído”.

No século XVII, o problema fundamental estava em torno da fortificação, da disciplina e dos automatismos necessários para as novas ordens de combate. É nesta altura que alguns soberanos europeus e, particularmente em França, adquirem uma capacidade de controlo sobre os recursos dos seus reinos. As inovações de Maurício de Nassau (generalização dos mosquetes, melhoria da artilharia, manobra...) suscitaram uma literatura abundante. No entanto, devido ao facto de ter havido vários conflitos, como a guerra na Flandres pela independência da Holanda, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e as guerras da última ofensiva turca otomana (cerco de Viena em 1683), a prática eclipsou a teoria (consequência lógica frequentemente observada). Por isso, a produção literária do século XVII foi praticamente no âmbito da Tática e sem grande espaço para a Estratégia. De acordo com Coutau-Bégarie (p. 189), só o italiano Montecuccoli, generalíssimo dos Exércitos do Imperador, se aventurou por novos caminhos do pensamento estratégico nos seus estudos sobre a conduta dos

²⁷ *O Príncipe* (1532) e, sobretudo, os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1531), demonstram o seu génio político, onde rompe com as interpretações moralistas dos seus antecessores. Entre as suas obras destacam-se ainda a *Arte da Guerra* (1521), em que acentua a necessidade das milícias acima dos mercenários e *Histórias de Florença* (1521).

²⁸ Coutau-Bégarie, Hervé, p. 178.

exércitos, na classificação das guerras (civil ou estrangeira, ofensiva ou defensiva, marítima ou terrestre) e na comparação da guerra com o *jogo dos prejuízos* ou nas considerações sobre a preparação das forças e a conduta das operações (*Arte Militar*, de 1653, *Memórias*, de 1712, e, especialmente, *Della Guerra col Turco in Ungheria* ou o *Aforismo da Arte Bélica*). Os seus escritos são comparados a Sun Tzu, de tal modo que Coutau-Bégarie “pela amplidão da sua visão e pela sua audiência” considera Montecuccoli como “o fundador da ciência estratégica moderna” (p. 189).

O pensamento militar eclodiu verdadeiramente a partir do século XVIII, em parte devido à complexidade crescente da arte da guerra, da consolidação dos Estados, dos longos períodos de paz entrecortados por guerras curtas, mas também devido à tecnologia e a factores de ordem intelectual, como o desenvolvimento da edição (com os livreiros militares), o nascimento do ensino militar e o interesse do público civil pelos assuntos militares.

O século XVIII materializa o período de transição entre as “Guerras dos Reis” (limitadas e em que a guerra com mercenários estava ao serviço dos príncipes) e as “Guerras dos Povos” (absolutas, com emprego de todos os cidadãos), entre o profissionalismo demasiado caro para o erário público que levava a operações em que a manobra imperava para salvaguarda da vida humana, e a conscrição, já no final do século, em que mais importante que a técnica era a organização e o número de soldados como “massa”, com a consequente perda do valor da vida humana.

É neste sentido que em 1732, aparece a palavra *Stratège* ou *Stratègue*, no *Dictionnaire de Trévoux*²⁹, designando o comandante das tropas, tal como no sentido original helénico. O termo seria introduzido com o significado clássico, de grande táctica ou táctica dos exércitos, em 1771, por Joly de Maizeroy (1719-1780)³⁰ nos seus *Comentários sobre as Instituições Militares*. Para o Tenente-Coronel Maizeroy, a conduta da guerra era “a ciência do general, a que os gregos chamaram Estratégia, ciência profunda, vasta, sublime e que englobava muitas outras”. Segundo Charnay³¹ (*La Stratégie*, Paris, PUF, 1995), Maizeroy escrevia

²⁹ *Dictionnaire Universel Français et Latin*, geralmente dito «de Trévoux», como nele se anuncia, publicado e aumentado desde 1732. A primeira edição tem oito tomos e é uma obra de grande valia histórica.

³⁰ Combateu ao lado do Conde de Saxe, nas Campanhas da Boémia e da Flandres. Participou no cerco de Namur, em Raucoux, em Laudfeld e na guerra de 1756. Táctico hábil, foi um dos escritores mais estimulantes da estratégia no século XVII. É autor da *Teoria da Guerra* (1777), onde estão em germe vários conceitos que teriam a sua aplicação na era napoleónica. Autor do *Tratado dos Estratagemas* e de numerosas obras sobre a arte militar.

³¹ Citado pelo Tenente-General Abel Cabral Couto, no prefácio da obra de Abreu, Francisco – *Fundamentos de estratégia militar e empresarial*, Sílabo Gestão, Lisboa, 2002.

em 1776: “Para formar projectos, a estratégia combina o tempo, os lugares, os meios, os diversos interesses e entra em consideração com tudo o que é do domínio da dialéctica, isto é, a faculdade mais sublime do espírito, do raciocínio.” Contudo, certamente devido ao facto dos seus trabalhos terem sido pouco divulgados no seu tempo e à proximidade de Napoleão, que fascinou os principais estrategos do século XIX desde Jomini a Clausewitz, o conceito de Estratégia permaneceu vinculado às suas origens gregas.

Do século XVIII não podemos esquecer dois realizadores como Frederico II e Napoleão, que não abdicando da escrita, deram contributos significativos pela acção, para que no século XIX os fundadores pudessem (re)criar a Estratégia.

Frederico II (1712-1786)³², segundo o General Fiévet “o melhor estratego europeu antes da Revolução” (p. 117), marcou a sua obra sobretudo com a acção, na prática com a construção artificial de um Estado que marcou o século XVIII. Herói e filósofo, Frederico II deixou-nos textos que se podem dividir em regulamentos e instruções, dos quais Napoleão seria leitor assíduo. A sua obra, escrita em francês, é abundante e de que destacamos: *Princípios Gerais da Guerra* (1746); *Instruções para os meus Generais* (1747), das mais traduzidas, inclusivamente em português em 1803; *Testamento Militar* (1768); e *Elementos de Castrametação e Tática* (1771).

Outro homem de acção foi Napoleão I (1769-1821)³³, que considerava as *altas partes da guerra* diferenciáveis da Tática, naquilo a que designava por «grande tática». Foi especialmente um decisor ao mais alto nível que, com criações organizativas como a «Divisão» e com a sua presença nos teatros de operações (Wellington dizia que a sua presença valia 40.000 homens), atingiu os objectivos

³² O monarca decisivo do século XVIII europeu. Foi o introdutor do *despotismo esclarecido* na Europa e transformou Berlim num dos centros da Era das Luzes. Comandou pessoalmente os exércitos prussianos e governou a Prússia durante 46 anos. Obrigatório ler *Reflexões sobre a Arte de Vencer*, das Edições Sflabo, 2005, com estudo introdutório de Víriato Soromenho Marques.

³³ Nasceu em Ajaccio. Em 1799 fez uma brilhante campanha de Itália e depois uma expedição ao Egipto. Foi cônsul, depois proclamou-se imperador (1804). É o maior génio militar ocidental depois de Alexandre, o Grande. Soube tirar partido da Revolução Francesa, numa época em que a França era uma grande potência demográfica, cultural, militar e económica da Europa. Aliou a mobilidade à concentração de forças, ao movimento e ao choque e ao fogo sobre os pontos fracos do inimigo. Pouco a pouco, as suas lições foram aprendidas pelos inimigos, em especial pelos prussianos. Batido em Espanha (1808) e na Rússia (1812), veio a abdicar em 1814. Retomou o poder e foi finalmente batido em Waterloo (1815). O seu génio está mais expresso nas suas conquistas do que nos seus escritos, apesar das suas instruções, as suas *ordens do dia* e as suas proclamações serem de excepcional qualidade.

definidos e deu liberdade de acção para escritores seus contemporâneos, como Clausewitz ou Jomini, conceptualizarem a Estratégia como Arte e Ciência.

Com Napoleão, a estratégia ocidental passou a ser orientada para a destruição das forças adversárias, com a concentração de forças consideráveis (com exércitos da nação cada vez em maior número) num ponto decisivo e a perseguição das forças adversárias até à sua destruição total. Era a ordem militar da procura da batalha decisiva para se obter a vitória.

No entanto, seria primeiro com o prussiano Heinrich Dietrich von Bülow (autor de *Espírito do Sistema de Guerra Moderna*, de 1799) e depois com Clausewitz, apesar de planos diferentes, que se daria então a legitimidade à ciência estratégica. Bülow (que seria criticado por Clausewitz e que era adverso às batalhas), “apoiado pelas práticas napoleónicas da combinação entre a massa, o movimento e o fogo, e pela introdução, por parte da escola alemã, de forças morais, escalada e descalada da violência”, fez com que a «Estratégia» ocupasse “o seu lugar definitivo no quadro do vocabulário político-militar”³⁴. Verdadeira testemunha da Revolução de 1789, Bülow compreendeu as lições da predominância da política, da superioridade da Estratégia sobre a Tática e da necessidade de uma inteligência unificadora político-militar à frente do Estado (Gil Fievet, p. 117). Para Bülow, a Estratégia era a “doutrina da segurança e liberdade do Estado”, contudo, o seu estudo continuava a ser feito no campo restrito das operações militares.

Segundo Coutau-Bégarie, Bülow e o arquiduque Carlos (chefe de fila da Escola Austríaca) marcam a transição do antigo regime militar para a estratégia moderna (seriam bastante lidos até 1850, altura em que Clausewitz e Jomini passaram a dominar o pensamento) ou seja, da «Estratégia das Origens» para a «Estratégia ao Serviço Da Guerra».

A acção política e o desenvolvimento da tática ao longo deste século XVIII foram a base da fundamentação da Estratégia e da conseqüente inspiração dos autores do século XIX, com destaque para Clausewitz e Jomini. Na segunda metade do século XVIII, a maior dimensão dos teatros de operações, a passagem da guerra limitada à guerra absoluta, a criação de escalões autónomos, tanto tática como logisticamente (como as Divisões e os Corpos de Exército) e a maior dimensão dos exércitos foram alguns dos factores que levaram à necessidade de um escalão intermédio entre a Política e a Tática (a Estratégia), o qual, na prática, já era “arte” sem método. Poderemos afirmar, sem grande margem de erro, que o conceito de Estratégia foi assim, “construído” pela acção do século XVIII, ou seja, pela necessidade de alguém que coordenasse as batalhas e não só os combates.

³⁴ António Horta Fernandes, *O Homo Strategicus*, p. 48.

2.2. “A Estratégia ao Serviço Da Guerra”

O século XIX é o da industrialização, do aparecimento de novas potências como a Alemanha, a Rússia e os E.U.A. e do aumento considerável da população das grandes potências³⁵.

As inovações militares incluem o caminho-de-ferro (possibilidade de movimento e de concentração de tropas importantes), o potencial de fogo (o alcance da artilharia), as condições sanitárias e as comunicações (o telégrafo). Uma das inovações deste período foi também a instituição, pela Prússia (*Scharnhorst*), do Estado-Maior como instrumento político-militar (em 1821 já tinham 56 oficiais de Estado-Maior). A marinha sofre uma evolução considerável e constitui um instrumento importante do poder político com o vapor, as minas, os torpedos, o submarino, etc. Na Tática (com produção abundante, mas demasiado técnica e árida), as duas tendências dividem-se entre a tese de uma ofensiva fundada no choque (modelo de Napoleão) e a que sublinha as novas potencialidades do fogo, que condenam o assalto em massa.

Clausewitz e Jomini estão intimamente ligados às modificações profundas que a arte da guerra sofreu com a Revolução Francesa, da “guerra dos reis” à “nação em armas”, dos pequenos exércitos dinásticos às massas da conscrição, dos novos teatros de operações substancialmente alargados, da guerra da manobra e da nova concepção de guerra absoluta.

Não é possível estudar Clausewitz sem o comparar a Jomini, ambos ilustres co-fundadores do renascimento da Estratégia. Se hoje conhecemos sobretudo a obra de Clausewitz, teremos de reconhecer que até ao final do século XIX a sua obra era quase desconhecida relativamente ao sucesso da obra de Jomini. Uma leitura cuidada de Jomini leva-nos a concordar com a maioria dos estrategos franceses, que o consideram “um dos grandes estrategos da História Militar ocidental”.

Apesar da origem histórica comum (ambos defendiam a importância dos factores morais, a importância dos objectivos políticos e a necessidade de planeamento na guerra), a sua visão da guerra é diferente (assim como a sua personalidade):

- Clausewitz investiu no estudo da guerra em si mesma, numa perspectiva essencialmente filosófica;
- Jomini ocupou-se sobretudo dos aspectos práticos e da terminologia, pondo em destaque a campanha como uma questão de conquista de território e reduzindo a prática da guerra a um conjunto de máximas.

³⁵ A Europa passa de 185 a 400 milhões de habitantes no século XIX e os E.U.A. aumentam em 15 vezes a sua população.

Visões diferentes, mas contributos significativos e mesmo complementares (as lições práticas de Jomini tendem a complementar as teorias de Clausewitz) para os conhecimentos militares em geral e para a Estratégia em particular.

Em termos de pensamento militar, é com Clausewitz (1780-1831)³⁶ que o conceito de Estratégia aparece perfeitamente caracterizado e associado directamente à Guerra. Assim, na sua obra *Da Guerra*, e depois de classificar a guerra como «a continuação da política por outros meios» ou como «um instrumento da política», separa a Tática da Estratégia como duas actividades distintas; classifica a Estratégia como a arte de ligar os combates uns aos outros ou a teoria relativa à utilização dos empenhamentos ao serviço da guerra; e define a Tática como a arte de dirigir e ordenar as acções de combate.

Clausewitz é o teórico do fenómeno «guerra» (para quem “a investigação e a observação, a filosofia e a experiência não devem desprezar-se nem excluir-se mutuamente”³⁷), marcado pela filosofia de Kant, mas também por Montesquieu, Guibert, Folard, Montecucciolli, de Saxe ou Puysegur. Se hoje Clausewitz constitui uma referência, é bom não esquecer que até ao final do século XIX a sua obra era quase desconhecida. O “renascimento” da sua obra só seria feito por um seu discípulo, Helmut von Moltke, que aplicaria as recomendações de Clausewitz com imenso sucesso na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871.

Da definição trinitária da Guerra³⁸ de Clausewitz destacamos:

- a Guerra é “uma surpreendente trindade em que se encontra, primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural” (interessa particularmente ao povo);
- depois, o jogo das probabilidades e do acaso (o ‘nevoeiro’ da Guerra), que fazem dela uma livre actividade da alma (interessa mais ao comandante e ao seu exército);
- a sua natureza subordinada de instrumento da política, por via da qual ela pertence à razão pura (revela sobretudo do governo).

³⁶ Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz, general prussiano, foi estrategista e escritor militar. Esteve no desastre de Iéna (1806). Foi feito prisioneiro pelos franceses em Prenzlau até 1809. Participou nas reformas do exército prussiano. Foi professor na Escola Militar de Berlim até 1812, data a partir da qual se colocou ao serviço do Czar por patriotismo prussiano, apesar da atitude do rei da Prússia que salvava a sua dinastia ao aceitar uma aliança forçada com os franceses. Participou na campanha da Rússia e fez as campanhas de 1814 e 1815. De 1818 a 1830, dirigiu a Escola Militar de Berlim. Morreu de cólera em 1831, deixando a sua obra maior *Von Kriege (Da Guerra)* inacabada. Graças ao esforço de sua esposa Marie, a obra foi terminada e editada em 1832. Clausewitz é um teórico do fenómeno «guerra». Não é somente um estrategista, mas também um filósofo da guerra. Situa-se na perspectiva da “guerra absoluta” que se estendeu da Revolução Francesa à Segunda Guerra Mundial.

³⁷ Clausewitz, *Da Guerra*, Europa-América, p. 23.

³⁸ Loureiro dos Santos, *op. cit.*, p. 159.

Para Carl von Clausewitz, a Guerra é um “Acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”³⁹. De acordo com esta definição unitária, a Guerra é um duelo, no qual a violência é o meio para obter um fim – impor a vontade. Daqui resulta que, em teoria, desde que necessário para atingir o fim, é legítimo o uso ilimitado da força, ou seja, aquilo a que Clausewitz designa por «ascensão aos extremos»⁴⁰ ou “Guerra Absoluta” (que se estendeu da Revolução Francesa à Segunda Guerra Mundial). A guerra é absoluta quando envolve a materialização da ascensão aos extremos, como no exemplo que avançou das guerras napoleónicas em que participou. Mas, aceita, também, que normalmente a Guerra real não atinge o grau desses conflitos fratricidas (Guerra limitada⁴¹), e que, por vezes, assume mesmo a forma de uma guerra bem enquadrada por regras de jogo e condicionamentos precisos (como exemplo, cita em *Da Guerra*, o caso de Frederico II, o Grande).

Para Clausewitz, a Estratégia era entendida como a «arte de utilizar as batalhas para atingir os fins da guerra», em que “tudo é muito simples mas, por causa disso, não muito fácil”, devido às múltiplas variáveis. Para Clausewitz, “na estratégia onde tudo se move a um ritmo mais lento, há mais lugar para as nossas próprias apreensões [...] não vemos as coisas”.

A sua relação com a “Estratégia Directa”, a que normalmente é associado (ou à doutrina oficial do militarismo alemão), tem mais cabimento na influência que teve sobre os estadistas, no que se refere a estarem dispostos a irem para a guerra se a recompensa valesse a pena. Clausewitz ensinou que os Estados não se deveriam empenhar em guerras sem uma razão. Mas também afirmou ser evidente que os Estados deviam ir para a guerra se considerassem necessário fazê-lo. Um dos grandes méritos de Clausewitz foi ter evidenciado claramente, aos olhos de todos, que a guerra pode ser usada como uma arma política nacional (no seu tempo não se colocava a questão da legitimidade da guerra como hoje). Ao contrário da fama de ofensivo (e da confusão com a Estratégia Directa, relacionada com a utilização prioritária da forma de coacção militar), Clausewitz era defensor da estratégia defensiva e considerava que adoptar este posicionamento permitia ao defensor preparar-se para contra-atacar com uma eficácia maior na sequência da ofensiva inimiga.

³⁹ Clausewitz, *Da Guerra*, Europa-América, p. 73.

⁴⁰ Loureiro dos Santos, *Incursões no Domínio da Estratégia*, p. 158.

⁴¹ É o caso da situação actual, que tem como referência a guerra nuclear generalizada, mas em que a maioria das guerras é limitada: pelo espaço, pelos meios, pelas armas, etc.

Reconhecido a par de Clausewitz como um dos fundadores da Estratégia, Henry de Jomini (1779-1869)⁴², considerava na sua *Precis de L'Art de la Guerre* que, “a Estratégia é a arte de fazer a guerra na carta (no mapa), abarcando todo o teatro de guerra”. Tal como Clausewitz, separa objectivamente a Estratégia (ligada à direcção e à decisão da ofensiva ou defensiva) da Tática (ligada à execução), que trata com especial rigor.

A focalização sobre a obra teórica de Jomini oculta uma imensa e rica produção histórica⁴³ e demonstra como cada batalha e cada guerra (dos 10 tipos de guerra, as mais deploráveis seriam as religiosas) é um caso particular que não pode ser resumido a princípios gerais.

Seria, no entanto, a obra *Précis de l'Art de la Guerre*⁴⁴ (1837, o maior sucesso editorial do século XIX em literatura militar) a marcar a análise do seu pensamento estratégico, ao apresentar definições e classificações precisas (confessava a sua mania por definições) que possibilitavam dar um conteúdo científico à Estratégia, sem cair nos excessos de Bülow. A sua influência foi enorme no século XIX, com a tradução das suas obras desde os idiomas turco ao polaco e com repercussões nos pensadores americanos mais contemporâneos como Mahan (para alguns autores, a influência de Jomini na Guerra da Secessão Americana foi enorme).

⁴² Antoine Henri, barão suíço de Jomini, do cantão de Vaud, era funcionário bancário antes de ser oficial no exército suíço. Destacou-se com o *Tratado da Grande Tática* (1803). Foi nomeado ajudante-de-campo do Marechal Ney e promovido depois a Coronel por Napoleão. Participou nas batalhas de Iéna e de Eylau, assim como na Guerra de Espanha. Deixou o exército francês, mas novamente chamado por Napoleão, chegou a general de brigada com apenas 28 anos. Participou na campanha da Rússia e pouco depois passou para o campo dos russos. Foi ajudante-de-campo do imperador Alexandre na batalha de Leipzig e participou no Congresso de Viena. General-em-Chefe em 1826. Acompanhou o imperador Nicolau I (que foi seu aluno) durante a campanha contra os Turcos. Participou na criação da Academia Militar de Moscovo (1832). A sua obra maior *Precis de l'art de la guerre* foi publicada em 1837. Retirou-se em 1848, mas retornou como conselheiro do Czar durante a Guerra da Crimeia (1854). Morreu em Paris em 1869. Segundo a Escola Francesa, foi injustamente eclipsado por Clausewitz, não deixando de ser um dos estrategos mais excepcionais da História Militar ocidental.

⁴³ Entre as suas obras destacam-se: *Traité des Grandes Opérations Militaires* (8 vols., Paris, 1804-1816); *Histoire Critique et Militaire des Guerres de la Revolution* (5 vols. + Atlas, Paris, 1806; e 15 vols. + 4 Atlas, Paris, 1819-1824); *Vie Politique et Militaire de Napoleon* (4 vols. Paris, 1827); *Introduction a l'Étude des Grandes Combinaisons de la Stratégie e de la Tactique* (Paris, 1829); *Précis Politique et Militaire de la Campagne de 1815* (Paris, 1839) e *Précis de L'Art de la Guerre* (2 vols., Paris, 1838).

⁴⁴ Destinado a servir a *Instrução Militar*, de Monseigneur le Grand-Duc Hérítier, e organizado em: «Da política da guerra»; «Da política militar ou da filosofia da guerra»; «Da estratégia; da grande tática e das grandes batalhas»; «Das diferentes operações mistas que participam na Estratégia e na Tática»; «Sobre a logística ou a arte prática de mover os exércitos»; «Da formação das tropas para ir ao combate e do emprego particular ou combinado dos três exércitos (infantaria, cavalaria e artilharia)».

Para J. H. Hittle, “Nenhum homem exerceu maior influência sobre o desenvolvimento da guerra moderna que Napoleão. Nenhum homem foi mais responsável pela influência de Napoleão do que Henri de Jomini”. Para outros autores, “Se Napoleão foi o Deus da Guerra, Jomini foi o seu Profeta”.

Depois do sucesso da sua obra no século XIX, o século XX esquecê-lo-ia, em parte pelo sucesso de Clausewitz (mais inovador e prospectivo), mas também pela desatualização dos conceitos e definições características das guerras napoleónicas.

Alguns anos mais tarde, Helmuth von Moltke (1800-1891)⁴⁵, também ele oficial prussiano, fixa melhor a responsabilidade do comandante militar perante o «governo que serve» em *Sur la Stratégie* [s. d.]. Para Moltke, a Estratégia é “a adaptação prática dos meios postos à disposição dos generais, para alcançar os fins da guerra”. E, noutro passo, acrescenta: “...a Estratégia indica o melhor caminho para conduzir a batalha; ela diz onde e quando se deve combater, enquanto a táctica diz como se deve combater.” Mas também destaca que o primeiro passo da Estratégia consiste na preparação dos meios para a luta, onde se devem ter em atenção as mais variadas considerações políticas, geográficas e nacionais. Começa a surgir, então, a sensibilidade para a importância de outros vectores da guerra que não exclusivamente o militar.

Na linha de Clausewitz (de quem foi aluno e grande difusor da obra) escreve que a Estratégia é um sistema de expedientes, muito mais do que uma ciência (contraria o arquiduque Carlos que escrevera que a Estratégia era um ciência e a Táctica uma arte), consistindo na transmissão do saber pela via prática, na arte de agir sobre pressão das circunstâncias mais difíceis.

No final do século XIX, começa a aplicar-se a ideia de que compete à Estratégia não só aplicar os instrumentos da força na guerra, mas também promover ao seu desenvolvimento na situação de paz (com o Marechal alemão

⁴⁵ Pertencia à velha nobreza alemã de Mecklenburg. Entrou na Escola Geral de Guerra, em 1822 dirigida então por Carl von Clausewitz. Em 1835, foi conselheiro da reorganização do exército turco otomano em Constantinopla. Em 1832, tomou parte na campanha contra os egípcios de Mehemet Ali, na Síria. A sua doutrina de guerra tinha por base as ideias de Clausewitz. Foi chefe de Estado-Maior em 1857. Cooperou com Bismarck e com o Ministro da Guerra von Roon na transformação do sistema militar prussiano e participou na luta contra os Austríacos em 1866 e na Guerra Franco-Prussiana, em 1870-1871. Bom estratega e organizador memorável, sabia tirar o melhor partido dos novos dados logísticos que decorriam da aparição do caminho-de-ferro. Aliava a vontade inflexível do chefe com a capacidade de delegação da autoridade no terreno. A sua influência sobre o exército alemão era considerável. É autor da *História da Campanha de 1866* (Berlim, 1869) e *Sobre a Estratégia* [s. d.]. Foi nomeado Marechal-de-Campo (1871).

Colmar von der Goltz, em 1884, e o Almirante americano Alfred Thayer Mahan, em 1907). Ainda deste período não podemos deixar de citar Alfred Thayer Mahan (1840-1914), Almirante norte-americano e estrategista marítimo, mais conhecido como *geopolítico do mar*. Defensor da importância do poder marítimo sobre o terrestre, Mahan influenciou a Estratégia e a Política norte-americana (em especial, o presidente Théodore Roosevelt) e contribuiu para que os E.U.A. se tornassem numa potência marítima. Entre os seus escritos (que influenciariam outros países como a Inglaterra e o Japão), destacam-se *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783* (1890) e *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812* (1892).

Com a I Guerra Mundial, a guerra passou de nacional a total⁴⁶ e o conceito de Estratégia evoluiu então para outras estratégias que não exclusivamente a militar, com destaque para a vertente económica. A I Guerra Mundial iniciou a fase moderna das *guerras sociais* e destruiu o conceito de «Exército em Armas» substituindo-o pelo de «Nação em Armas».

A I Guerra Mundial marca o início de uma transformação radical na arte militar, com a predominância crescente do factor material (e a consequente profissionalização), que alguns não souberam compreender nem aplicar. A guerra total passa a ser travada em terra, no mar e no ar e ninguém fica imune às suas acções e consequências.

No final da I Guerra Mundial e com o trauma dos massacres provocados pelas ofensivas de 1914 e 1916, aparecem as reflexões especializadas com obras e pensadores como Ludendorff, Fuller, Liddell Hart, Trenchard, De Gaulle, etc. Os estudos de Ludendorff conduziram à noção de «Guerra Total» em substituição da «Nação em Armas», altura marcante para a Estratégia. Nesta «Guerra Total», a estratégia militar e a política confundem-se e a guerra dá-se já nos planos diplomático, económico, psicológico e militar. No entanto, a sua sistematização em termos teóricos só será feita alguns anos mais tarde.

Com a II Guerra Mundial das “revoluções verificadas no explosivo (armas convencionais e NBQ), nos vectores (aviões, mísseis e satélites), na letalidade, na electrónica, no processamento de dados, nas comunicações, etc.”, a estratégia alargava ainda mais o seu campo de acção a todos os domínios de acção do Estado⁴⁷.

⁴⁶ Esbate a distinção entre frentes e retaguardas, entre combatentes e não-combatentes e que mobiliza todos os recursos, tangíveis e intangíveis, de que um Estado beligerante pode lançar mão com vista à consecução dos objectivos últimos visados pela guerra (ver Cabral Couto, in prefácio à obra *O Homo Strategicus*, de António Horta Fernandes).

⁴⁷ Pereira da Conceição (1952, p. 118) já destacava que, com a II Guerra Mundial “a condução superior das Nações em guerra exige vastos e profundos conhecimentos de sociologia, de economia e de política que entram num jogo complexo com a acção militar e do qual resulta a manobra das forças em luta”.

Em geral, as inovações e o aperfeiçoamento técnico levaram ao domínio da ofensiva sobre a defensiva e as populações civis foram transformadas em objectivo, com mobilização ainda maior do que na II Guerra Mundial e com baixas superiores aos próprios militares. A coordenação estratégica exerceu-se, então ao nível do escalão «continente», tal a dimensão territorial da guerra.

O próprio aparecimento da arma nuclear no final da guerra (bombas em Hiroshima e Nagasaki, com mais de 130.000 mortos) trouxe uma mutação considerável no que concerne aos novos problemas estratégicos. O desenvolvimento dos arsenais nucleares tornou impossível a guerra generalizada (a estratégia de dissuasão nuclear transformou-se numa estratégia de não-guerra) e deu origem ao equilíbrio do terror: a *Guerra Fria* entre os E.U.A e a U.R.S.S., em que a dissuasão nuclear passa a ser a chave da porta principal (o factor essencial é a incerteza, fundada sobre a credibilidade da capacidade de destruição da ameaça ou da resposta), enquanto que outras portas secundárias dão lugar a conflitos convencionais noutros continentes (conflitos periféricos), que não a Europa dos pactos militares (N.A.T.O. e Pacto de Varsóvia). Nestes conflitos «extramuros», é a estratégia indirecta que domina (com excepção das guerras clássicas regionais, como nos casos da Índia-Paquistão, Israel-Países Árabes, Coreia, Irão-Iraque, Falkland), sobretudo num período de descolonização em que a guerra revolucionária e a guerra subversiva foram determinantes. Por outro lado, o desenvolvimento das comunicações levou ao crescendo da guerra psicológica, que teve um papel determinante nas crises de Berlim em 1961 e de Cuba em 1962, e que Beaufre absorveria na sua *Introdução à Estratégia*.

Basil Liddell Hart (1895-1970)⁴⁸, foi um observador atento e activo deste período entre a I Guerra Mundial e a Guerra Fria. É autor de livros importantes sobre a I e a II Guerra Mundial (*The Real War*, 1914-1918, 1930; *Foch, The man of Orleans*, 1931; *A History of the Worl War*, 1934; *The Other Side of the Hill*, 1948) e da obra *Strategy*, onde sistematiza a «Aproximação Indirecta» como chave das vitórias dos grandes capitães da História. A sua visão indirecta teve imenso mérito numa época em que a batalha frontal era cultivada nas escolas militares e nos teatros de operações.

Liddell Hart definiu na década de 1950 a «Grande Estratégia ou Política de Guerra ou Estratégia Superior» como “a arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma Nação ou de um grupo de Nações, para a consecução dos objectivos definidos pela política.”⁴⁹ A um nível inferior, identifica a Estratégia

⁴⁸ Oficial de infantaria britânica, que, em 1914, foi gaseado na frente francesa e declarado inválido. Revelou-se um historiador militar de grande valor; com Fuller, fez parte da escola que pronunciou a força mecanizada.

⁴⁹ Liddell Hart, *Estratégia*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1966, p. 417.

Militar (cujo objectivo é o desequilíbrio), como “a arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política”, classificando-a como a Arte dos Generais. Refere ainda a dificuldade em a separar da Tática, que define como “a aplicação da Estratégia num escalão mais baixo”.

Para Liddell Hart, o poder militar é apenas um dos elementos da grande Estratégia, a qual deve, também, considerar e aplicar o poder financeiro, diplomático e comercial e a pressão ética para enfraquecer a vontade do adversário. É o enquadramento da estratégia militar, num conjunto mais vasto e harmonioso.

Contemporâneo de Liddell Hart, o General britânico John Frederik Charles Fuller (1878-1966)⁵⁰, relacionava o armamento (ou a sua evolução) com a História. Observador profundo do universo social, mas também da evolução tecnológica (mais de 40 obras e 100 artigos), contribuiu para que o conceito de Estratégia aprofundasse o seu carácter combinatório e começasse a integrar progressivamente factores técnicos que estenderam, no tempo e no espaço, a acção do comandante sobre os seus exércitos e tornaram a Estratégia na arte da distância. “Tocador” de vários instrumentos da ciência militar, desde a Tática, à Estratégia, passando pela Sociologia militar, Fuller teve em Liddell Hart os mais legítimos encómios ao classificá-lo como “um dos raros militares da História com elevada dimensão intelectual e potência imaginativa”, comparando-o a Clausewitz e a Napoleão.

Entretanto, o aparecimento de novos actores que não exclusivamente os Estados, como as Organizações Internacionais (com destaque para o papel da S.D.N. e da O.N.U.) e as Pessoas Colectivas não Estaduais, mas também a evolução do social materializada na assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948 (mas que só a pouco a pouco seria respeitada...) são mais alguns exemplos de factores influenciadores do xadrez internacional e, por consequência, das estratégias desenvolvidas.

⁵⁰ John Frederick Charles Fuller (1878-1966) nasceu em Inglaterra, foi aluno da Academia Militar de Sandhurst e participou nas guerras contra os Bóeres, na África do Sul, entre 1899 e 1902. Especializou-se no emprego dos carros de combate, foi oficial de Operações no VIII Corpo do III Exército britânico em França. Em Dezembro de 1916, foi nomeado oficial de informações do corpo de metralhadoras, ou seja, do corpo que então possuía os carros de combate, tendo sido Chefe do Estado-Maior do Corpo Real de Blindados, entre 1916 e o final da I Guerra Mundial. Introduzindo conceitos novos, concebeu nestas funções o ataque realizado por carros de combate contra os alemães em Cambrai (França), em Novembro de 1917, considerado o primeiro empenhamento blindado na História da Guerra. Reformou-se em 1933, para se dedicar ao papel de comentador (no jornal *Daily Mail*) e de escritor militar, faceta da sua vida que lhe daria ainda maior notoriedade. Seguiu, então, como correspondente de guerra, as campanhas da Etiópia e de Espanha (1935-1939), e foi durante o decurso da II Guerra Mundial um dos comentadores militares mais apreciados da imprensa britânica. Entre as suas obras, destacam-se os três volumes de *As Batalhas decisivas do Mundo Ocidental*, *A Conduta da Guerra* e *A Influência do Armamento na História*, obras normalmente traduzidas e estudadas na maior parte das escolas militares europeias.

As ciências militares começaram a despertar o interesse do meio civil que “colonizou”, entretanto, vários termos, entre os quais o da Estratégia, que passou a ser estudada, não só nos Institutos e Academias Militares, como nas próprias Universidades.

As universidades americanas foram mobilizadas em torno de programas de pesquisa que visam assimilar a cultura estratégica europeia e surgem autores importantes como Edward Mead Earle (*Makers of Strategy*, 1943), que continua a ser referência obrigatória mais de 50 anos volvidos. Stephen Possony dirige, então, um vasto programa de tradução de clássicos da Estratégia e é também nesta altura que aparece Bernard Brodie (1910-1978)⁵¹ (*Tratado sobre Estratégia Naval*, de 1941).

Mas a sistematização destes acontecimentos e a sua relação com a Estratégia só teria lugar com o general Beaufre...

2.3. “A Estratégia Integral”

Com o aparecimento da arma nuclear, a Guerra Fria, as guerras subversivas, a proliferação das guerras indirectas e a revolução da informação, as reflexões sobre o fenómeno estratégico estenderam-se a áreas civis, com a conseqüente proliferação dos centros de estudos. E com a “guerra improvável e paz impossível” decorrente do ‘nuclear’, a “preocupação central da estratégia passou a centrar-se na busca das melhores formas para se manter uma não-guerra e de se gerirem as situações de crise.”⁵²

Com Liddell Hart, a teoria da Estratégia foi caminhando para uma mais clara distinção entre uma grande Estratégia e uma Estratégia pura ou militar, mas continuou a cingir a Estratégia à guerra em acto e a manter uma fronteira muito extensa entre a Estratégia da Política. Mesmo em 1961, um reputado autor como Raymond Aron ainda considerava em *Paz e Guerra entre as Nações*, que a Estratégia era “a condução do conjunto das operações militares.”

Só com o General André Beaufre (1902-1975)⁵³ se dá a necessária viragem na Estratégia, fruto de estudo elaborado, mas sobretudo de uma experiência de vida que foi testemunho das grandes alterações que então se verificaram.

⁵¹ Foi um grande especialista norte-americano em assuntos estratégicos, desde a II Guerra Mundial até à sua morte. Foi professor de Relações Internacionais na Universidade de Yale e ensinou no National War College, sendo consultor nos colégios dos ramos. As suas obras compreendem: *Sea Power in the Machine Age*; *The Absolute Weapon* (co-autoria, 1946); *Strategy in The Missile Age* (1959).

⁵² Ver Cabral Couto, in prefácio à obra *O Homo Strategicus*, de António Horta Fernandes, p. XIV.

⁵³ André Beaufre terminou os estudos em Saint-Cyr em 1923 e para além do curso de Estado-Maior, frequentou a Escola de Ciências Sociais. Foi chefe das operações no Estado-Maior do 1.º Exército

Em poucas páginas da sua *Introdução à Estratégia*, publicada em 1963, o General André Beaufre desenvolveu uma nova teorização aplicável a qualquer tipologia da confrontação, de tal modo significativa que ainda hoje tem especial acuidade e constitui referência para qualquer estrategista ou estrategista. Nesta obra, o General Beaufre sistematiza a conceptualização da Estratégia e faz a ruptura com o pensamento tradicional, que encarava ainda a Estratégia como um dos ramos da arte e ciência militar.

Para Beaufre, desde a década de 1960 uma referência nas escolas militares, a Estratégia é “a arte de empregar a força para atingir os fins fixados pela política.”

Ao clarificar a pirâmide da Estratégia com uma «Estratégia Total» (a que Poirier chamaria «Estratégia Integral») e as subordinadas e integradas «Estratégias Gerais» (as diferentes formas de coacção), dava os primeiros passos para um entendimento de que a Estratégia, independentemente de dispor de modos directos e indirectos, constituía um método de pensamento e de abordagem de um problema, uma disciplina informadora e estruturante da política.

E conclui que a “estratégia é, então, a arte da dialéctica das vontades empregando a força para resolver o seu conflito.” Assim, a coacção é o objecto da Estratégia e a dialéctica das vontades, o seu ambiente essencial, o que estende claramente o conceito para além do âmbito estritamente militar.

De acordo com o General Abel Cabral Couto, os aspectos essenciais desta obra (editada numa altura em que “já não se acreditava na genialidade dos estrategistas”) são:

- Que o vector militar constitui, sobretudo, um instrumento de coacção;
- Que existem outras formas de coacção (económica, psicológica, diplomática, subversiva...);
- O entendimento da Estratégia como “arte de empregar a coacção para se atingirem objectivos fixados pela política”, não se resumindo a força à dimensão militar;

francês em 1945, adjunto de Lattre de Tassigny na Indochina, depois chefe de Grupo de Estudos Táticos Inter-Aliados estacionado na Alemanha. Participou na Guerra da Argélia (1955). Comandou o Corpo de Exército Francês durante a intervenção do Suez (1956). Foi chefe de Estado-Maior Adjunto do SHAPE (1958), representante da França no grupo permanente da NATO em Washington (1960). Criou o Instituto Francês de Estudos Estratégicos (IFES) em 1963. É considerado a *alma mater* da Escola Francesa e foi autor de várias obras como: *Introdução à Estratégia* (1963); *Dissuasão e Estratégia* (1964); *Estratégia Nuclear* (1966). No prefácio da *Introdução à Estratégia*, escrito por Liddell Hart, pode-se ler: “...o tratado de Estratégia mais completo, o mais cuidadosamente formulado e colocado em dia no decurso desta geração... sobre todos os aspectos ultrapassa todos os tratados anteriores.”

- Que a cada forma de coacção corresponde uma estratégia geral, as quais depois de integradas (são distintas mas interdependentes) constituem a «Estratégia Total»⁵⁴;
- A associação das diferentes estratégias a responsáveis directos (integral, do chefe de Estado, e gerais, dos ministros competentes), alargando a responsabilidade pela acção estratégica a todos os domínios da acção do Estado, mas numa perspectiva integradora (e numa visão da divisão horizontal com a Política, a Estratégia e a Tática);
- A identificação clara da Estratégia operacional e da Estratégia genética (o conceito de Estratégia Estrutural é criação portuguesa do General Kaúlza de Arriaga), na forma de melhor se empregarem os meios ou recursos disponíveis para se atingirem os objectivos pretendidos;
- A clarificação dos modos da Estratégia em directo (que apela ao sucesso através do emprego, ou ameaça de emprego, das forças militares, consideradas como meio principal de que é exemplo a concepção clausewitziana da guerra) e indirecto (que apela ao sucesso, sobretudo através da coacção psicológica, económica, subversiva, etc., e em que os meios militares desempenham um papel não activo ou subalterno, de que são expressão as guerras subversivas e a exploração das crises).

Para Beaufre, a Estratégia já não era domínio exclusivo de militares e muito menos da guerra. A «Estratégia Total» deveria fazer face à «Guerra Total», mas em todo o tempo (paz e guerra) deveria existir a necessária integração das várias «Estratégias Gerais».

Para Beaufre, “Em Estratégia, mais do que em qualquer outra área, é preciso saber distinguir o essencial do acessório”. Nas suas conclusões sobre a estratégia indirecta destaca uma fórmula geral da Estratégia (de que a própria estratégia indirecta é a aplicação aos valores extremos de certas variáveis):

$$E = K F W t$$

Nesta fórmula, a Estratégia é igual ao produto de K (factor específico do caso particular) por F (as forças materiais), W (as forças morais) e t (o tempo). Beaufre usa a fórmula para diferenciar claramente a Estratégia directa (F é fundamental e t muito curto) da indirecta (W é elemento preponderante) e, sobretudo, para destacar a importância do elemento psicológico (que denomina também de *massa cinzenta*). No entanto, destaca também que sem F não há lugar à Estratégia, pois não existe a indispensável dialéctica de vontades.

⁵⁴ Que define (nas conclusões) como aquela que tem como finalidade conduzir conflitos violentos e insidiosos, empreendidos simultaneamente nas várias áreas, política, económica, diplomática e militar, e que, portanto, apresenta um carácter total. Ligada a «Guerra Total» (os ingleses preferem utilizar a expressão «Grande Estratégia» e os norte-americanos a «Estratégia Nacional»).

A clareza do pensamento, aliada à simplicidade e à coerência, no conjunto de uma obra relativamente pequena (premeditadamente “com poucos desenvolvimentos históricos”, o que contraria o habitual em obras deste género), fazem com que os difamados Beaufre continuem actuais, depois de ter “rejuvenescido e renascido a Estratégia”.

Chega-se, finalmente, ao conceito de «Estratégia Integral» de Lucien Poirier⁵⁵, que apela de forma integrada e sistémica a todo o tipo de recursos, tangíveis e intangíveis, do actor estratégico. Poirier completa e actualiza a definição de Beaufre de tal modo, que ainda hoje tem aplicabilidade, muito embora circunscrita ao actor Estado.

Passávamos a estar (no Ocidente democrático) no domínio dos *livros brancos da defesa*, dos *conceitos estratégicos*, em que o actor ‘Estado’ faz apelo a todas as estratégias gerais e particulares, no sentido da melhor «Estratégia Integral», consubstanciada em ciclos de planeamento estratégico e em responsabilidades claras de todos os líderes.

No lado soviético e por altura da *Introdução à Estratégia*, de Beaufre, foi publicada uma obra de referência coordenada pelo Marechal Vassili Sokolovsky (1897-1968)⁵⁶, denominada de *Estratégia Militar Soviética* (1962). Esta obra é significativa de uma época e de um regime, dado que “constituiu a base fundamental das operações estratégicas que importava coordenar para assegurar a derrota total do inimigo.” Sustentada na subordinação da Estratégia à Política e à ideologia global do comunismo, era dominada pela Estratégia militar. Na prática, correspondia a uma teoria da «Guerra Total», mas de base essencialmente social. Outro pensador soviético que se destacou na área da Estratégia foi o Marechal Nikolai Vassilievitch Ogarkov, que publicou em 1982 (edições militares do Ministério da Defesa da U.R.S.S.), os pontos de vista oficiais da direcção soviética sobre os problemas da guerra e da paz. Esteve com Gorbachev e contribuiu para que a U.R.S.S. reconhecesse que a doutrina segundo a qual uma guerra nuclear poderia ser vitoriosa, não tinha consistência.

Na China, Mao Tsé-toung (ou Mao Zedong, 1893-1976), que foi co-fundador do Partido Comunista chinês em 1921, organizou com Chu Te a *Longa Marcha*

⁵⁵ Oficial general do exército francês, especializou-se nas questões do nuclear no centro de prospectiva e avaliação do Ministério das Forças Armadas, depois como chefe da secção militar do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional. Com o General Gallois, foi um dos percursores da opção nuclear francesa. Ensinou nas grandes escolas e dirigiu a revista *Estratégia*. O General Poirier é autor de: *Estratégias Nucleares* (1977); *Tratado de Estratégia Teórica* (1982); *As Vozes da Estratégia; Genealogia da Estratégia Militar; Guibert e Jomini* (1985); *Estratégia Teórica II* (1987).

⁵⁶ Foi oficial do Exército e membro do Partido Comunista depois de 1931, tendo sido chefe do Estado-Maior em 1941. Foi comandante da frente Oeste (1943) e participou sobre as ordens do general Joukov na tomada de Berlim. Em 1952, foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército e da Marinha Soviética e membro do Comité Central do PC da URSS.

(retirada de cerca de 10.000 km efectuada no ano de 1934, assim como a instalação de bases vermelhas no norte da China), enquanto escrevia os seus três escritos militares mais significativos: *Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China* (1936); *Problemas Estratégicos da Guerra dos Partisans contra o Japão* (1938); *Da Guerra Prolongada* (1938).

Mao é, sem contestação, uma das personagens mais marcantes do século XX, não somente em função da influência que exerceu o seu pensamento através dos continentes, mas também pelo peso concreto dos seus actos e decisões políticas sobre centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

Uma das grandes forças teóricas de Mao foi a capacidade de adaptação da doutrina comunista (representada na década de 1920 por Staline e Trotski) à situação sociológica e demográfica da 'sua' China. Para Mao, a revolução era dos camponeses e não do proletariado urbano.

Mao considerava a Estratégia como um objectivo, impondo as suas leis implacáveis aos adversários no campo de batalha. Para Mao, o resultado final não consistia na modificação de uma relação de forças inicial ou no empenhamento em pontos políticos para a conquista de territórios, mas sobretudo em vencer de maneira decisiva. De acordo com Beaufre, era a "luta total prolongada de fraca intensidade". Como explicou André Glucksmann, "o problema estratégico da revolução chinesa foi resolvido pela 'guerra prolongada' numa visão de Estratégia Integral", utilizadora de todas as forças de coacção de uma maneira magistral.

Referência importante de todos os movimentos de libertação, Mao tinha em Sun Tzu e Clausewitz duas grandes fontes de inspiração: do primeiro retirou a força moral (estratégia chinesa) e uma boa compreensão das relações de forças; do segundo, o conceito de subordinação do militar ao político, da dialéctica dos fins/meios, e, entre outros aspectos, a noção de vitória absoluta.

A escola americana, mais pragmática que a francesa, esteve limitada pelo 'nuclear' durante o período entre 1945 e 1989. Da Estratégia de Dissuasão «à Estratégia de resposta flexível», muitas foram as reflexões (e teorização estratégica) que se tornariam conseqüentes para as administrações norte-americanas, que não circunscreviam os seus assessores ou conselheiros a políticos profissionais, abrindo o seu campo a ilustres químicos, físicos, economistas, militares e diplomatas.

Mais recentemente, tem-se destacado o Professor Edward N. Luttwak⁵⁷. A obra de Luttwak (que começa com o provérbio romano: "*Si vis pacem, para*

⁵⁷ Professor no Centro e Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington, serviu como consultor na Secretaria de Estado da Defesa, no Conselho Nacional de Segurança, no Departamento de Estado e na Força Aérea. Regular colaborador do *Times Literary Supplement*, do *London Review of Books* e outros jornais, sendo autor de vários livros com destaque para *Strategy: The Logic of War and Peace*.

bellum”) tem um sentido menos teórico e mais operacional, restringindo a Estratégia à lógica da hostilidade. Para Luttwak, a Estratégia é essencialmente acção, sendo o primado do ‘nuclear’ mais um paradoxo da Estratégia. Luttwak encara a Estratégia exclusivamente de modo uno e como suporte operacional da política (tendo por base a estratégia militar operacional), mas numa perspectiva renovada de potencialidades e vulnerabilidades e menos de ameaças. Citando exemplos desde Roma aos nossos dias (sem os cuidados da escola francesa), Luttwak analisa a lógica da Estratégia em duas dimensões: a vertical, com a divisão em cinco níveis interactivos (técnico, tático, operacional, estratégico de teatro, grande estratégia); e a horizontal, com a lógica da dinâmica da acção reacção. Estamos no domínio do pragmatismo da escola americana...

Na linha de Luttwak, a obra de John M. Collins (em especial *Grand Strategy e Military Strategy*) marca pela simplicidade e pelo pragmatismo, com destaque para os princípios, teorias, estratégias e políticas aplicáveis ao mundo do século XXI. Para a maioria dos militares norte-americanos, Collins é um dos raros pensadores e mentores de uma Estratégia americana, que se divide claramente nos níveis político, *policy*, estratégico, operacional e tático.

Sem esquecer escolas e pensadores como Edward Mead Earle, Bernard Brodie, Henry Kissinger, Robert Oppenheimer, Albert Wohlstetter, Bogislaw von Bonin e os novos pensadores da escola francesa como Hervé Coutau-Bégarie e Gerard Chaliand, temos consciência que muitas lacunas ficaram por preencher, sobretudo quando limitados no tempo, no espaço e no saber.

Com a importância crescente da componente territorial em alguns conflitos (Índia e Paquistão, Iraque, Israel, Somália e Etiópia...) e sobretudo da evolução para uma estratégia dos grandes espaços (com os escalões decorrentes das dimensões terrestre, marítima, aérea e espacial) tem aumentado o peso da Geoestratégia, que Brzezinski considera como o produto da fusão de considerações estratégicas e geopolíticas.

Apesar de todas estas evoluções, para os E.U.A., a «Estratégia Nacional» continua a ser “a arte e ciência de desenvolver e usar o poder político, económico e psicológico de uma Nação, juntamente com as suas Forças Armadas, durante a Paz e a Guerra, para assegurar a consecução dos objectivos nacionais”.

É ainda a cultura dos E.U.A. assente na concepção da vitória total...

3. Novos Desafios para a Estratégia

Em 2005, a Academia Real Sueca das Ciências, atribuiu o prémio Nobel, em Ciências Económicas, a Robert J. Aumann⁵⁸ e ao americano Thomas Crombie

⁵⁸ Da Universidade Hebraica de Jerusalém. Aumann foi pioneiro na prossecução de uma análise formal dos jogos repetidos indefinidamente. A sua “teoria dos jogos repetidos” melhora a nossa compreensão dos pré-requisitos para a cooperação e clarifica a razão de ser da existência de muitas instituições.

Schelling, do Departamento de Economia da Universidade do Maryland, nos E.U.A.

Mesmo antes de ter sido agraciado, Thomas Schelling já constituía uma referência obrigatória da Estratégia, pelo conjunto das suas obras, mas muito especialmente pelo seu *The Strategy of Conflict*, publicado em 1960 (este livro⁵⁹ apresentou a sua visão da “teoria dos jogos” como um enquadramento unificador das Ciências Sociais). No entanto, este louvor à obra de Schelling constitui, sem dúvida, um reconhecimento da visão mais humanista (a busca da paz), científica (a investigação operacional em apoio da decisão) e mais economicista (no sentido do bem-estar e do desenvolvimento) da Estratégia.

Cerca de quinze anos após da queda do Muro de Berlim, convivemos com a globalização das velhas e novas ameaças (com o terrorismo a marcar a agenda mundial), com a pluralidade e diversidade de novos actores, com a perda de protagonismo dos Estados e o unipolarismo dos E.U.A., com a crescente importância dos valores humanos e da “cultura civilizacional”, mas também com o desajustamento de toda a arquitectura de funcionamento da comunidade internacional.

Por outro lado, com as novas tipologias da Guerra (crescentemente marcante como instrumento de dominação política e social e, inclusivamente, como mecanismo essencial do processo de normalização de culturas e de valores)⁶⁰ e o crescendo da coacção económica nas relações internacionais do mundo globalizado, a Estratégia tem desafios acrescidos, que, apesar de tudo, não dispensam nem podem menosprezar a coacção militar.

E estes desafios podem-se situar ao nível da dimensão da acção da própria Estratégia, quando hoje se assiste ao “Domínio das Ameaças⁶¹ Globais” como o terrorismo⁶², o crime organizado transnacional e o desenvolvimento e proliferação das armas de destruição maciça. Estas ameaças globais dominam as preocupações (pela perigosidade, pelo inesperado, pela ausência de fronteiras, pelas repercussões...), o planeamento estratégico e as acções de segurança e defesa,

⁵⁹ Duas ideias fundamentais: há sempre uma margem de interesse comum qualquer que seja a situação de conflito, “mesmo se esta cooperação se limita a reduzir ou a parar o risco de destruição mútua”; na maior parte das situações conflituais, existe “uma necessidade fundamental de conhecer as intenções do adversário”, pois a ameaça e o seu contrário são, afinal, uma maneira de comunicar...

⁶⁰ A actividade militar não é hoje monopólio do Estado, existindo outros actores das relações internacionais com grande capacidade interventora. Por outro lado, neste mundo incerto, inseguro e volátil, as ameaças são cada vez mais transnacionais e difíceis de identificar.

⁶¹ De acordo com o proposto recentemente por um painel das Nações Unidas (www.un.org/secureworld), a ameaça é hoje entendida como “qualquer acontecimento ou processo que leva à perda de vida ou a reduções de expectativas de vidas humanas em larga escala e que ponha em causa a unidade do sistema internacional, ameaçando a segurança internacional.”

⁶² Para Kofi-Annan constitui “qualquer acção que vise matar ou afectar seriamente civis desarmados ou não combatentes, com o objectivo de intimidar a população ou compelir a acção de qualquer Estado ou Organização Internacional.”

desenvolvidas pelos diferentes actores das relações internacionais e em especial pelo Estado.

Sendo o multilateralismo uma das soluções encontradas para uma maior eficácia das acções a desenvolver, com todo o tipo de meios e em todos os espaços, tem havido um protagonismo crescente do Secretário Geral das Nações Unidas como actor das Relações Internacionais, a par do crescendo de estratégias desenvolvidas ao nível das Nações Unidas e concertadas por um número elevado de Estados.

Com este “Domínio das Ameaças Globais”⁶³ e o crescendo de “Acções Globais”, na prática, estamos a viver o nascimento de uma nova “Estratégia Mundial”⁶⁴, que concertada com as Estratégias Integrais ou Globais dos Estados, visa fundamentalmente a Paz (ou o fim do terrorismo e de outras ameaças globais) e o Desenvolvimento. Uma das questões mais discutidas a este nível superior da Estratégia, tem sido a estrutura de funcionamento ligada à funcionalidade dessa mesma Estratégia Mundial, ou seja, à necessidade da reforma da O.N.U., e em particular do seu Conselho de Segurança, no sentido de dar uma maior legitimidade às acções delineadas por acordo da maioria dos Estados (sobretudo na Assembleia Geral).

Independentemente das dificuldades em chegar a um consenso (num mundo dominado pelos interesses), a concertação vai-se fazendo a vários níveis, desde a integração das estratégias dos Estados na Estratégia Mundial da O.N.U. (nos conceitos estratégicos nacionais), às acções concretas no terreno, no sentido de dar cumprimento a Estratégias Mundiais (em face de ameaças de carácter global) no campo da luta contra o terrorismo, da luta contra a posse de A.D.M. (Armas de Destruição Maciça), da luta contra as ameaças ao ambiente, etc.

Há uma maior consciência dos decisores e da opinião pública mundial (cada vez mais actor) sobre a urgência do desenvolvimento de políticas de prevenção colectivas e de novas respostas multilaterais, em face dos novos desafios e valores a promover (democracia, justiça e desenvolvimento). E aqui, cada um dos actores tem a sua quota-parte de responsabilidade no que respeita à manutenção da segurança (nacional, regional e global) e à construção de um mundo melhor. E a Estratégia (Mundial) tem um novo desafio, que os Prémios Nobel 2005 da Economia tentaram incentivar...

Nesta visão de futuro, a Estratégia (alargada ao nível dos sujeitos para o âmbito mundial) será cada vez mais previsão (que aceita a guerra como uma

⁶³ Ver Borges, João Vieira, *O Domínio das Ameaças Globais*, in Newsletter do IDN, nº 5 Agosto/Setembro de 2005, pp. 1-3.

⁶⁴ Diferente da «Total» ou «Integral» ao nível do Estado e da «Global» ao nível das potências mundiais com capacidade de intervenção global.

possibilidade e as informações⁶⁵ como uma necessidade) e implicará que seja (cuidadosamente) cultivada a cultura estratégica a nível mundial, regional e local.

Mas esta (r)evolução da Estratégia só será possível com mais e melhores líderes, em especial na condução dos Estados e das principais Organizações Internacionais.

4. Hervé Coutau-Bégarie e o Pensamento Estratégico em Portugal

São raros os trabalhos publicados sobre a Evolução do Pensamento Estratégico Português (não nos estamos a referir a «Estratégia Nacional»), mesmo considerando períodos muito específicos da História de Portugal.

Fazendo uma pesquisa pela Internet, e utilizando as palavras “pensamento estratégico”, confirmámos esta preocupação, pela inexistência de dados relativos a obras e pensadores nacionais. A excepção vai para a «Colecção dos Clássicos do Pensamento Estratégico», em boa hora lançada pela Editora Sílabo e com o contributo precioso do Mestre Francisco Abreu, coordenador editorial da colecção, inédita no panorama editorial português⁶⁶.

Entre as poucas obras existentes, o destaque vai para António Horta Fernandes, que muito recentemente publicou um estudo relativo ao *Pensamento Estratégico Nacional no Século XX*, que esperamos seja precursor de outras obras relativas a este ou a outros períodos da História. Nesse estudo, publicado na *Nova História Militar de Portugal*, Horta Fernandes destaca, entre outros, as seguintes pensadores da Estratégia no Portugal do século XX: Ferreira do Amaral, Raul Esteves, Pereira da Silva, Hugo de Lacerda, Botelho de Sousa, Pereira de Melo, Júlio Botelho Moniz, Augusto dos Santos, João de Sá Nogueira, Pereira da Conceição, Pires Monteiro, Hermes Oliveira, Kaúlza de Arriaga, Lopes Alves, Abel Cabral Couto...

A recente tese de doutoramento (defendida na Universidade Nova de Lisboa) de António Paulo Duarte, intitulada *Política de Defesa e Estratégia Militar durante o Estado Novo 1919-1958* (fazemos votos para que seja publicada em breve) constitui mais um dos poucos (e bons) exemplos de investigação sobre pensadores e obras nacionais no âmbito da Estratégia que urge difundir.

⁶⁵ São cada vez mais um recurso, uma arma e um objectivo.

⁶⁶ Só é pena que nenhuma obra portuguesa faça parte das dez obras editadas até ao final de 2005. No entanto, só com esta colecção, a Estratégia alargou o seu campo de acção dos especialistas ao público em geral, com a difusão alargada de obras de referência mundial, comentadas por especialistas portugueses, entre militares e civis. Entretanto, já no final do ano de 2005, o Mestre Francisco Abreu deixaria a coordenação editorial da colecção para se dedicar a projectos similares.

A selecção de algumas obras e pensadores implica necessariamente opções, baseadas em critérios mais ou menos discutíveis e muito influenciáveis pela formação e saber de quem escolhe. Por essa mesma razão, entendemos dar o devido espaço à obra com maior impacto mundial em termos da Estratégia, o *Traité de Stratégie*, de Hervé Coutau-Bégarie.

Segundo a obra de Coutau-Bégarie (p. 60), a palavra «Estratégia» só aparece nos dicionários portugueses em 1831, na 4.ª edição (a expressão não figura nas edições anteriores) do *Diccionario da Língua Portuguesa*, da autoria de António de Moraes Silva. O conceito constitui uma tradução, palavra por palavra, do *Dicionário da Academia Francesa*: “ciência dos movimentos de um exército.” Estes dicionários etimológicos eram de pouco crédito, no entanto, neste caso, é também sintomático da “colagem cultural” à França e às lacunas nesta área do conhecimento, as quais seriam colmatadas poucos anos mais tarde, em 1837, pela obra de Fortunato José Barreiros.

Para além do rigor imposto por Coutau-Bégarie ao longo da obra, nota-se um cuidado muito especial em dar espaço a todas as escolas de pensamento estratégico, em especial as europeias. Uma leitura cuidada das ‘entrelinhas’ da obra de Coutau-Bégarie leva-nos a descortinar alguns autores e obras portuguesas entre as mais significativas da História do Pensamento Estratégico. Essas obras e pensadores portugueses, são, apesar de tudo, bastante limitadas na sua análise (são meras referências, com excepção de Schaumburg-Lippe, para nós um *português...*) e no seu impacto, quer seja na sociedade europeia, quer seja em termos mundiais.

Pensamos que grande parte dos autores e obras portuguesas foram de alguma forma “cedidos” a Coutau-Bégarie pelo Tenente-General Themudo Barata, pelo Coronel Gomes Bessa e pelo I.D.N. (onde esteve como conferencista), mas foi sobretudo a obra (de leitura obrigatória!) *A Pena de Marte*, de Rui Bebianho que maiores contributos deu para que o nome de Portugal estivesse presente ao longo do *Tratado de Estratégia* mais lido e difundido neste século XXI (já vai na 4.ª edição).

Assim, descortinámos as seguintes obras e pensadores portuguesas na obra de Hervé Coutau-Bégarie:

- Diogo do Couto (*O Soldado Prático*, 1590)⁷⁵;
- João Carrião (*Arte Militar*, 1595)⁷⁴;
- Luís Mendes de Vasconcelos (*Arte Militar*, 1612)⁷³;
- Francisco Manuel de Melo (*Política Militar en Avisos de Generales*, 1638)⁷²;
- Bento Coelho (*Milícia Prática*, 1740);
- André Ribeiro Coutinho (*O Capitão de Infantaria Portuguez*, 1751)⁷¹;

⁶⁷ Considerado como um autor de grande reputação e que tratava, sobretudo, de questões de organização.

- Francisco de Barros (*Breve Instrução Militar sobre a Infantaria*, 1761);
- (Marechal) Conde de Schaumburg-Lippe (*Exercícios de Meditação Militar*, 1782)⁷⁰;
- José Marques Cardoso (*Elementos da Arte Militar*, 1785);
- (Coronel) Luiz de Oliveira Costa (*Tratado de Tática*, 1787)⁶⁹;
- (General) José Fortunato Barreiros (*Ensaio sobre os Princípios Geraes de Strategia e de grande Tactica*, 1837)⁶⁸;
- António José da Cunha Salgado (*Noções Geraes da Guerra*, 1850);
- (D.) Luís da Câmara Leme (*Elementos da Arte Militar*, 1862-1864)⁶⁷;
- José da Cunha Vianna (*Meditações Militares*, 1871);
- (General) Sebastião Telles (*Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares*, 1887);
- Carlos Alberto Correia (*Princípios de Guerra*, 1910).

Entre estas obras gostaríamos de destacar o *Ensaio sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tática*, da autoria do General Fortunato José Barreiros⁷⁶, que podemos considerar como a primeira obra sobre Estratégia publicada em Portugal no ano da Graça de 1837, na Typografia da Escola do Exército em Lisboa, cinco anos depois da obra de Clausewitz ter sido editada. Tinha por destino a instrução dos primeiros alunos da Escola do Exército e como referências bibliográficas, entre outras: o *Caderno clássico da célebre Escola de Metz, aonde os Artilheiros e Engenheiros Francezes faziam os seus estudos de*

⁶⁸ Primeira obra sobre Estratégia publicada em Portugal e que tem como referências principais autores como Jomini e o Arquiduque Carlos.

⁶⁹ Grande volume, baseado sobretudo em fontes francesas.

⁷⁰ Wilhelm de Schaumburg-Lippe é uma personagem curiosa que cedeu a sua origem principesca para se colocar ao serviço do rei de Portugal, que o nomeou marechal. Redigiu, em francês, numerosas memórias, algumas com uma finalidade essencialmente prática (*Sur la discipline; La tactique*) e outras de meditação militar, muitas vezes sobre a forma de aforismos. Foi o mestre de Scharnhorst. Do ponto de vista estratégico, fez relevar a sua teorização da defensiva e destacou a importância do factor psicológico. Algumas passagens fazem lembrar Clausewitz.

⁷¹ Defensor de Folard e da Coluna.

⁷² Considerado como castelhano na época da ocupação filipina. A obra trata da organização e da disciplina, mas estende-se à Estratégia.

⁷³ A obra portuguesa mais importante da época do Terço e do domínio espanhol. O autor foi Capitão-Geral dos exércitos do Oriente e governador de Angola.

⁷⁴ Obra desconhecida de Rui Bebiano (que a citou) e mesmo desaparecida dos catálogos das bibliotecas nacionais.

⁷⁵ Reflexão elaborada sobre a conduta das guerras ultramarinas, escrita já no final do século XVI e que se manteria em manuscrito durante muitos anos.

⁷⁶ Cavaleiro da Torre-e-Espada e da Ordem de S. Bento de Avis, Major de Artilharia, Lente da 3.ª Cadeira da Escola do Exército e Sócio da Academia Real das Ciências.

aplicação militar; Os Principios de Strategia, do Arquiduque Carlos; as *Grandes Operações*, do General Jomini; os *Principios da Grande Guerra, destinada a instrução dos Officiaes Generaes Austriacos*; *Cursos de Arte e Historia Militar*, de Jacquinet de Presle e de J. Rocquancourt; *O Tractado de Tática*, do marquês de Ternay; várias memórias e artigos interessantes do *Jornal das Sciencias Militares*, e do *Espectador Militar*, etc.

Como se pode constatar, as referências culturais e militares em Portugal nesta primeira metade do século XIX continuavam a ser fundamentalmente de escola francesa (em termos militares, só depois da II Guerra Mundial se começa a reflectir sobre as referências alemãs). De acordo Fortunato Barreiros, a «Strategia», que pelas suas raízes etimológicas significa «Comando do Exército», é a arte de dirigir as tropas aos pontos decisivos do teatro de guerra e a Tática é a arte de as empenhar em combate nesses pontos. Estes dois ramos da ciência (mais arte) militar já então se confundiam na “aplicação” e daí o esforço ao longo da obra para as tentar separar. Entre as linhas separadoras, encontramos a identificação dos chamados “pontos estratégicos”, caracterizados por Fortunato Barreiros como “aqueles cuja posse é muito vantajosa para as operações”, nitidamente na linha do pensamento e do rigor de Jomini.

Para além das referências explícitas que constituíram o universo de escolha por parte dos alunos do Mestrado em História Militar (daí que alguns destes pensadores e obras façam parte dos textos incluídos neste livro), Coutau-Bégarie faz também referência a algumas revistas, autores e obras portuguesas na sua extensa e cuidada bibliografia (cerca de 100 páginas!). Aqui destaca como revistas de Estratégia em Portugal, os *Anais do Clube Militar Naval*, a revista *Estratégia* (editada pelo I.S.C.S.P.), a *Revista Militar* (não se esquece de referir que é publicada ininterruptamente desde 1849) e a *Revista Nação e Defesa*, editada pelo I.D.N. Ao nível dos autores e obras referenciados, podemos destacar: Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira (*I Guerra Mundial*), General Pedro Cardoso (*A influência de Sun Tzu no pensamento militar japonês*), Comandante Virgílio de Carvalho (*Estratégia Global*), General Loureiro dos Santos (*Apontamentos de História para Militares e Como Defender Portugal*), Major-General Rodrigues Viana (*Evolução do Conceito Estratégico Nacional*), Professor Doutor Políbio Valente de Almeida (*Ensaio de Geopolítica*), Tenente-General Abel Cabral Couto (*Elementos de Estratégia*), General Eduardo Martins Barreto (*Reflexões sobre temas militares*), Professor Doutor Rui Bebiano (*A Pena de Marte*) e Comandante Silva Ribeiro (*Vegécio na arte da guerra do mar*).

Se alguns destes autores são menos conhecidos do público em geral (inclusivamente algumas das obras mantêm-se desaparecidas), as suas obras

marcaram um tempo e, eventualmente, o próprio pensamento militar ou estratégico nacional. Se, por um lado, constitui motivo de regozijo, por outro lado, constitui uma responsabilidade acrescida, na medida em que devemos reforçar os nomes ali destacados e encetar esforços concertados no sentido de outras obras e autores ainda não contemplados terem o seu “espaço”⁷⁷.

Gérard Chaliand, na sua *Anthologie Mondiale de la Stratégie*, não foi tão generoso com a cultura estratégica nacional, dado que não destaca qualquer português ou obra portuguesa ao longo das mais de 1500 páginas, mesmo incluindo a bibliografia, neste caso, muito escassa. No entanto, na sua «Introdução», destaca a importância de Portugal na construção da globalização com a sua participação (e da Espanha) nos Descobrimientos dos séculos XV e XVI.

Com este enquadramento, em que a imagem do exterior é de algum modo favorável, pensamos que a investigação nesta área deve ser consequente e ter o apoio mínimo das instituições estatais, no sentido da sua projecção nacional e internacional e da consequente valorização de um acervo histórico que devemos cuidar.

O trabalho a desenvolver deve caminhar no sentido de reforçar a importância das obras já citadas e dos pensadores já referenciados, mas também de reflectir sobre outras obras e pensadores aqui não incluídos, mas que marcaram ou marcarão o pensamento estratégico português, na linha dos comentários que o Tenente-General Abel Cabral Couto fez no «Prefácio» da obra do Professor Doutor António Horta Fernandes (*O Homo strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?*): “... julgo poder afirmar que, fosse outra a projecção internacional da cultura portuguesa, esta obra passaria a ser uma referência obrigatória na bibliografia especializada.”

Mesmo neste âmbito limitado, não podemos deixar de citar a mais recente definição de Estratégia, da autoria do Tenente-General Cabral Couto, que pretende de algum modo “estancar” a generalização do conceito e ir ao encontro da necessidade em acompanhar a própria evolução (real) da Estratégia. Assim, a Estratégia é entendida como “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objectivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objectivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)”⁷⁸.

⁷⁷ Foi o que fez o I.D.N. ao organizar o seminário “Pensamento Estratégico Nacional,” que se realizou no dia 29 de Novembro de 2005 e do qual nascerá uma publicação que enriquecerá o acervo histórico nacional nesta área.

⁷⁸ TGEN Abel Cabral Couto, no prefácio da obra de Abreu, Francisco, *Fundamentos de estratégia militar e empresarial*, Sílabo Gestão, Lisboa, 2002.

Do Estado à Organização, do ambiente conflitual ao competitivo, são aspectos marcantes da evolução, que alteram os critérios de delimitação, assentes sobretudo na necessária e obrigatória “dialéctica de vontades”.

No entanto, para Horta Fernandes, mais reservado, tal como nós, relativamente à abertura do campo da Estratégia para além da “conflitualidade hostil”, a Estratégia também é “a arte ou ciência de ponderar e agir prudentemente sobre e na conflitualidade hostil” (2004, p. 26).

António Horta Fernandes e o mestre Francisco Abreu⁷⁹ são dois dos mais jovens e promissores pensadores da Estratégia em Portugal, oriundos da Escola do I.S.C.S.P., que teve o grande estandarte em alguns Oficiais das Forças Armadas Portuguesas, que estudaram, praticaram e transmitiram a Estratégia. Na mesma linha do que sucedeu em França e nos E.U.A., os Oficiais portugueses passaram o testemunho a jovens das áreas da Economia, da Filosofia, da Ciência Política e das Relações Internacionais⁸⁰ e mesmo a outros militares⁸¹, numa altura em que a própria Estratégia alargava os seus campos de acção e se tornava cada vez mais “integral”. Entre os Professores dessa Escola, não podemos deixar de destacar alguns nomes, a saber: General Pedro Cardoso, General Loureiro dos Santos, Tenente-General Abel Cabral Couto, Vice-Almirante Ferraz Sacchetti, General Garcia Leandro, General Martins Barrento, Tenente-General Pinto Ramalho, Professor Doutor Políbio Valente de Almeida, Vice-Almirante Quesada de Andrade, CMG Virgílio de Carvalho.

— Outros realizadores e pensadores, para além dos já citados por Horta Fernandes ou Hervé Coutau-Bégarie, têm obra publicada na área da Estratégia, a saber (que nos perdoem os ausentes): João de Andrade Corvo, General Tasso de Miranda Cabral, General Luís Câmara Pina, Major-General Pezarat Correia, Major-General François Martins, Vice-Almirante Reis Rodrigues, Tenente-General Jesus Bispo. No entanto, outros pensadores de áreas tão diferentes como a História, a Economia ou as Relações Internacionais têm, com toda a certeza, um espaço em termos do pensamento estratégico nacional (sobretudo, na perspectiva mais alargada da última definição do Tenente-General Abel Cabral Couto), onde

⁷⁹ Não perder a leitura de “Pensar a Estratégia”, em que participaram ainda outros autores portugueses como Abel Cabral Couto, António Paulo Duarte, José Manuel Fonseca e Viriato Soromenho Marques.

⁸⁰ De que podemos destacar, com obra publicada, entre outros, o Professor Doutor António Paulo Duarte, os Mestres Luís Leitão Tomé, Maria Francisca Saraiva, João Castro Fernandes, entre outros.

⁸¹ De que destacaríamos, com obra publicada, entre outros: MGEN Freire Nogueira, CMG Silva Ribeiro, MGEN Rodrigues Viana, Tenente-Coronel Brandão Ferreira, MGEN Mora de Oliveira, Coronel Mira Vaz, Coronel Luís Alves de Fraga, CMG Cervaens Rodrigues. Na área da Polemologia, destacaríamos ainda o Major (Doutor) Proença Garcia.

destacamos do meio académico, entre outros, os Professores Doutores Adriano Moreira, Medeiros Ferreira, António José Telo, Borges de Macedo, Nuno Severiano Teixeira, Rui Bebiano, João Gouveia Monteiro, Êrnani Lopes, Adriano Freire...

Com mais obra ou com mais acção, todos estes pensadores e realizadores, mais tarde ou mais cedo terão um espaço obrigatório na História do pensamento estratégico português.

Aos seus sucessores passaram uma responsabilidade acrescida na difusão da cultura estratégica nacional, mas também na construção de um Portugal melhor...

5. Apontamentos Finais

A História do Pensamento Estratégico é menos conhecida do público em geral do que a História do pensamento político, económico ou mesmo filosófico.

Durante muitos anos, a Estratégia esteve acantonada nas Escolas Militares e não houve por parte da “Universidade” a ousadia suficiente para criar conhecimento nesta área, com algumas excepções, sobretudo ao nível das escolas francesa e norte-americana. Por outro lado, a inflação conceptual dos dias de hoje pode afastar da discussão e da investigação os mais rigorosos defensores de uma ciência e arte indiscutivelmente ligada à conflitualidade ou à arte militar.

Sendo a Estratégia uma ciência e arte subordinada da Política, constituindo o seu móbil a segurança e a sobrevivência, estando a sua essência baseada na dialéctica de vontades e constituindo a coação o seu objecto, a guerra foi e continuará a ser, por consequência, um campo privilegiado (sem ser único) de trabalho e aplicação. Assim, respigar sobre a evolução do pensamento estratégico, foi também, e inevitavelmente, um respigar sobre a evolução da guerra.

Com a abertura da Estratégia (também ela filha de movimentos políticos e sociais) ao mundo civil depois da II Guerra Mundial, fruto da evolução das ciências sociais, do emprego sustentado das diferentes formas de coação no mundo globalizado, mas também da sociedade do conhecimento, tem sido sobretudo a trilogia meios/empresa-objectivos/clientes-inimigo/competidor a determinar a cultura estratégica e a sustentar conceptualmente a Estratégia enquanto arte e ciência.

Tendo sempre presente essa trilogia da Estratégia, de que faz parte a dialéctica consciente de vontades, fizemos um esforço no sentido de, em poucas linhas e com a maior objectividade possível, apresentarmos “uma” Evolução do Pensamento Estratégico, destacando a historicidade do processo genético que informa o actual conceito de Estratégia. Nesse sentido, pensámos a “Estratégia das Origens”, a “Estratégia ao Serviço Da Guerra” e a “Estratégia Integral”, com a ajuda de grandes obras e pensadores que marcaram a cultura estratégica mundial.

Levantámos ainda o véu no que concerne ao aparecimento de uma “Estratégia Mundial”, concertada com as diferentes Estratégias Totais e Integrais do Estados, para fazer face ao crescente “Domínio das Ameaças Globais”, como o terrorismo, o crime organizado transnacional e o desenvolvimento e proliferação das armas de destruição maciça.

No caso do pensamento estratégico português, as visões de A. H. Fernandes, de A. P. Duarte e da escola francesa, e a consciência de que o pensamento nacional estará, à partida, limitado pelo reduzido espaço da própria cultura portuguesa, constituíram e constituem um desafio para mais e melhor trabalho neste domínio.

Prisioneiros da nossa cultura e com a consciência de que escolher é excluir, esperamos ter assim dado alguns contributos para uma melhor compreensão do pensamento estratégico, contributos esses que serão reforçados pelos nove trabalhos que se seguem (e por alguns anexos), enquadráveis numa determinada época histórica, mas necessariamente consequentes ao nível da acção política ou militar, e mais ou menos decisivos na construção de Portugal como Estado independente e soberano.

Consolidámos, assim, a ideia inicial de que estudar, reflectir e analisar o Pensamento Estratégico Português pode constituir um contributo para enriquecer a *Cultura Estratégica* e a *Memória da Nação*, mas também para conhecer melhor o passado e construir, de modo mais sustentado, o futuro.

Bibliografia

- Evolução do Conceito Estratégico Nacional*, Revista Estratégia, vol. II, ISCSP, Lisboa, 1991.
- Abreu, Francisco, *Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial*, Sílabo, Lisboa, 2002.
- , *O Grande debate: Sun Tzu e Clausewitz*, Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, 2000.
- Abreu, Francisco (Coord.), «Clássicos do Pensamento Estratégico»:
- , Carl von Clausewitz, *Princípios da Guerra*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.
- , Napoleão Bonaparte, *Como fazer a Guerra*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.
- , T'ai Kung, *Os Seis Ensinos Secretos*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.
- , André Beaufre, *Introdução à Estratégia*, Edições Sílabo, Lisboa, 2003.
- , Júlio César, *A Guerra das Gálias*, Edições Sílabo, Lisboa, 2004.
- , Mao Tse-Toung, *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva*, Edições Sílabo, Lisboa, 2004.
- , Frederico II da Prússia, *Reflexões sobre a Arte de Vencer*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- , Sexto Júlio Frontino, *Estratagemas*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- , Carl von Clausewitz, *Teoria do Combate*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- , Vo Nguyen Giap, *Manual de Estratégia Subversiva*, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- Alves, José Lopes, *Estratégia: panorama geral da sua teoria*, Dom Quixote, Lisboa, 1999.
- Aron, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*, Editora Universidade de Brasília, 2.ª edição, Brasília, 1986.
- Aron, Raymond, *Penser la Guerre, Clausewitz*, Gallimard, Paris, 1976.
- Arriaga, Kaúlza de, *Estratégia global*, Referendo, Lisboa, 1988.
- Barreiros, Fortunato José, *Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, Escola do Exército, Lisboa, 1837.

- Barrento, António, *Reflexões sobre Temas Militares*, IAEM, Lisboa, 1991.
- Baylis, John, [et. al.], *Strategy in the Contemporary World, an introduction to strategic studies*, Oxford University Press, New York, 2002.
- Beaufre, A., *Introduction a la Stratégie*, Armand Colin, Paris, 1966.
- Beaufre, A., *Stratégie pour Demain*, Armand Colin, Paris, 1972.
- Bebiano, Rui, *A Pena de Marte: O discurso da Guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Minerva Coimbra, Coimbra, 2000.
- Bispo, Jesus – «Os Conflitos Persistentes», in *Revista Militar*, n.º 2445, Outubro 2005, Lisboa, 2005.
- Boniface, Pascal, *Guerras do Amanhã*, Editorial Inquérito, Lisboa, 2003.
- Borges, João Vieira – «A Demografia e a Estratégia: uma prospectiva para o século XXI», in *Revista Militar*, Fev./Mar. 1999, pp. 627-663.
- , *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII: Uma análise estratégica*, Atena e IAEM, Lisboa, 2000.
- , «La Géographie Militaire au Portugal», in *Revue Stratégique*, n.º 81, 1/2001, Institut de Stratégie Comparée, Economica, Paris, 2003, pp. 117-137.
- , «O Domínio das Ameaças Globais», in *Newsletter do IDN*, n.º 5 Agosto/Setembro de 2005, pp. 1-3.
- Bouthoul, Gaston, *O Fenómeno Guerra*, Estudos Cor, Lisboa, 1966.
- Cardoso, General Pedro – «Evolução do Conceito Estratégico Nacional no século XX», in *Nação e Defesa*, IDN, Lisboa, 1991.
- Cardoso, General Pedro – «Uma visão estratégica do Ensino da História», in *Revista Estratégia*, vol. X, Lisboa, 1999.
- Carvalho, Virgílio de, *Estratégia Global e Subsídios para uma Grande Estratégia Nacional*, Universidade Técnica, Lisboa, 1986.
- Castex, A., *Théories Stratégiques*, Societé d'Editions, 5 vols., Paris, 1929.
- Celerier, Pierre, *Geopolitique et Geostrategie*, col. «Que Sais-Je?», n.º 683, PUF, Paris, 1969.
- Chaliand, Gérard, *Anthologie Mondiale de la Stratégie*, Robert Laffont, Paris, 1990.
- Chandler, David G., *Atlas of Military Strategy 1618-1878*, Arms & Armour Press, London, 1980.
- Charney, Jean Paul, *Essai General de Strategie*, Champs Livre, Paris, 1973.
- Clausewitz, Carl, *Da Guerra*, Futura, Lisboa, 1976.
- Collins, John M., *Grand Strategy*, United States Naval Institute, Annapolis, 1973.
- Conceição, Alfredo Pereira da – «A estratégia nunca foi uma ciência puramente militar», separata da *Revista Militar*, [s. n.], Lisboa, 1952.
- Collins, John M., *Military Strategy*, Brassey's Inc., Washington D.C., 2002.
- Coutau-Bégarie, Hervé, *Traité de Stratégie*, 3.ª ed., Economica, Paris, 2002.
- Couto, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia*, IAEM, Lisboa, 1988.
- Delmas, Claude, *La Stratégie Nucleaire*, col. «Que Sais-Je?», n.º 1042, PUF, Paris, 1963.
- Duarte, António Paulo, *Política de Defesa e Estratégia Militar durante o Estado Novo 1919-1958*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.
- Dupuy, R. Ernest, Dupuy, Trevor N., *The Encyclopedia of Military History from 3500 B.C. to the present*, Jane's Publishing Company, London, 1977.
- Earle, E. (ed), *Makers of Modern Strategy*, Princeton University Press, 1943.
- Fernandes, António Horta, *O Homo Strategicus ou a ilusão de uma razão estratégica?*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 1998.
- Fernandes, António Horta – «Pensamento Estratégico Nacional no Século XX», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 2004.
- Fernandes, António Horta e Abreu, Francisco, *Pensar a Estratégia: do Político-Militar ao Empresarial*, Edições Sílabo, Lisboa, 2004.

- Freedman, Lawrence, *War*, Oxford, New York, 1994.
- Freire, Eduardo, *Estratégia: Sucesso em Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa, 1998.
- Fuller, J.F.C., *Armament and History: A Study of the Influence of Armament on History from the Dawn of Classical Warfare to the Second World War*, New York, Scribner, 1945.
- Fuller, J., *The Decisive Battles of the Western World and their influence upon History*, 2 vols., Eyre & Spottiswoode, London, 1957.
- Garcia, Proença e Saraiva, Francisca, *O fenómeno da Guerra no novo século – uma perspectiva. Negócios Estrangeiros*, Publicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2004.
- Handel, Michael I., *Masters of War: Classical Strategic Thought*, Routledge, 3.ª ed., U.S.A., 2006.
- Hart, Lindell, *A Estratégia*, Ibrasa, S. Paulo, 1960.
- Keegan, John, *A History of Warfare*, Vinatge Books, New York, 1994.
- Kissinger, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, 1996.
- Macedo, Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, edição da *Revista Nação e Defesa*, IDN, 1987.
- Maquiavel, Nicolau, *O Príncipe*, Europa-América, 1976.
- Midlarsky, Manus, *Handbook of War Studies II*, University of Michigan Press, 2000.
- Moskos, Charles C.; Williams, John Allen; Segal, David. *The Post-Modern Military: Armed Forces After the Cold War*, Oxford University Press, New York, 2000.
- Nye, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2002.
- Poirier, Lucien, *Le Chantier Stratégique*, Pluriel, Hachette, 1997.
- Ribeiro, António Silva, *Planeamento da Acção Estratégica Aplicada ao Estado*, Minerva, Lisboa, 1998.
- Rodrigues, Alexandre Reis (Vice-Almirante), *Defesa e Relações Internacionais*, Editorial Noticiais, Lisboa, 2004.
- Santos, J. A. Loureiro dos, *Como Defender Portugal – Opções Estratégicas*, IAEM, Lisboa, 1991.
- Santos, J. A. Loureiro dos, *Reflexões sobre Estratégia I a IV*, IAEM/Publicações Europa-América, Mem Martins, 2000 a 2004.
- Sachetti, António Emilio (Vice-almirante), *Segurança e Defesa (1996-2000)*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2001.
- Schelling, Thomas C., *The Strategy of Conflict*, Harvard University, Londres, 1997.
- Sokolovsky, Y., *Military Strategy*, F. Praeger, New York, 1963.
- Sun, Tzu, *A Arte da Guerra*, Futura, Lisboa, 1974.
- Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.
- Telo, António José, *Portugal e a NATO*, Edição Cosmos, Lisboa, 1996.
- Viana, Victor Manuel Rodrigues, *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*, IAEM, Lisboa, 1996.
- Wylie, J. C., *Military Strategy*, Rutgers Univ. Press, New Jersey, 1967.
- Wright, Quincy, *A Study of War*, University of Chicago Press, Chicago, 1965.